



Anais da Assembléia

N.º 141 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1990 ANO XVI

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 104.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1990
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzatto e Algaci Túlio.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Pelinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur e Vera Agibert (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nilton Barbosa, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (23).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

23 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata.- Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/331, 332 e 333/90, do Senhor Governador do Estado, o qual restituiu a esta Casa, os Projetos de Lei n.ºs 284/90, 235/90 e 226/90, respectivamente. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência e Comissão Geral para o Projeto de Resolução n.º 123/90, que dispõe sobre os automóveis do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N.º 2525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de regime de urgência aos Projetos de Lei n.ºs 558 e 559/90 que, respectivamente, abrem créditos suplementares ao Orçamento do Estado, na forma que especificam.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N.º 2545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja considerado regime de urgência e a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária de amanhã, o Projeto de Lei n.º 536, referente ao Programa Estadual de Transporte Escolar.

Torna-se perfeitamente desnecessário reafirmar a esta Casa o encaminhamento final da aludida matéria, cuja importância

se caracterizará por investimentos notadamente na área de ensino da zona rural.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 565/90, que cria a Comarca de Campina Grande do Sul, define delimitações territoriais de Ofícios de Registro de Imóveis, e altera dispositivos da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 569/90 que objetiva proceder o enquadramento da categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei 7424 de 17.12.90.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 9295/90, que cria a Universidade do Centro Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2604

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja concedido regime de urgência aos Projetos de Lei n° 187/89, que institui o Dia da Habitação no Estado do Paraná; n° 466/90, que denomina "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° grau, a Escola Estadual Jardim Tropical - Ensino de 1° grau, do Município de Campo Mourão", e n° 369/89, que declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência e a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 568/90, que altera disposição de lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 482/90, sobre os Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, inclusive com Parecer Geral da Comissão da Assembléia.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2563

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja o Projeto de Lei n° 494/90, de autoria do Poder Executivo, colocado na pauta do dia 14.11.90, relativo à suplementação orçamentária à Imprensa Oficial, no valor de Cr\$ 99.000.000,00.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 2566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n° 541/90, oriundo da Mensagem Governamental n° 185/90, que dispõe sobre a instituição do Vale Transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, solicitando Parecer da Comissão Geral da Assembléia.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária da próxima segunda-feira, dia 19 de novembro, do Projeto de Resolução n° 115/90, que cria a

Comissão de Assuntos Municipais, com a constituição da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir parecer sobre a referida matéria.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 434/90, que estabelece critérios para o recolhimento em Regime Simplificado de Pagamento de ICMS, por estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 329/85, que dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, que dispõe sobre concurso público e interno no Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2528

Senhor Presidente.

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 360/90, que regulamenta o parágrafo único do art. 216 da Constituição Estadual - Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, na sessão do dia 08 de novembro, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) RUBENS BUENO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Geral, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 558 e 559/90, com a conseqüente inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária de segunda-feira próxima, dia 12 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 20 de novembro de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 560/90, que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 369/90, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno que especifica, ao Município de Turvo.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LÊAO

REQUERIMENTO N° 2589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 572/90, que acrescenta os artigos abaixo relacionados à Lei n° 9295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LÊAO

REQUERIMENTO N° 2597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 577/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 202/90, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, para a Fun-

dação Teatro Guaíra, no valor de Cr\$

... 18.000.000,00, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 576/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 203/90, que reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e autoriza a abertura de Créditos Suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 558/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 191/90, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 200.000.000,00 para a Secretaria dos Transportes, visando o pagamento de parte da dívida contraída pelo DER junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 559/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 190/90, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000,00, para a Chefia do Poder Executivo, viabilizando a liberação de parcela de empréstimo do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal para a construção do ambulatório do Hospital Universitário de Londrina, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 533/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 183/90, que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, inclusive transferência de recursos a entidades vinculadas da Administração Indireta.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 513/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 178/90, que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, no montante de Cr\$ 275.123.649,00, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 469/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 163/90, que acrescenta à programação das Secretarias do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Segurança Pública, a importância de Cr\$ 76.629.508,00 para dar atendimento a convênio firmado com o IBAMA, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assem-

bléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 565/90, que cria a Comarca de Campina Grande do Sul, define delimitações territoriais de Offícios de Registro de Imóveis e altera dispositivos da Lei n° 7297, de 08 de janeiro de 1980.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2530

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 11.11.90, de mais um aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Planalto, no sudoeste paranaense.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Planalto foi elevada a distrito em 9 de abril de 1962, iniciando-se desde logo o movimento por sua emancipação política e administrativa, a qual se consumou a 10 de dezembro de 1963, instalando-se o novo município no dia 11 de novembro de 1964. A produção agropecuária de Planalto, destacando-se soja, milho, feijão e trigo, gado de corte e suínos, tem justificado a emancipação, tornando-se Planalto, nos seus 26 anos, uma das forças de economia sudoestina, merecendo a homenagem ora proposta que, esperamos, merece dos nossos Pares o apoio unânime.

REQUERIMENTO N° 2531

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 12.11.90, de mais um aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Realeza, Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Realeza é um dos mais justificados orgulhos do Sudoeste paranaense pelas linhas modernas de suas construções, pelo cuidado com os serviços públicos e pela eficiência administrativa que atende à agricultura crescente, à pecuária de elevada produtividade, ao parque industrial de importância estadual e ao comércio que se organizou para atender à população exigente e cuidadosa. O retrato de Realeza dos dias atuais é o de uma pequena-grande cidade, preparada para realizar o sonho dos pioneiros. Merece o município de Realeza e seu povo, a homenagem para a

qual rogamos o apoio unânime deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 2532

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 14.11.90, de mais um aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Capanema, no extremo Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Registra a história o nome de Octávio Francisco de Matos como o fundador de Capanema, seu pioneiro maior. Capanema foi elevada a município em 14 de novembro de 1952, sendo sede de comarca. Importante produtor agrícola, Capanema produz trigo, mandioca, feijão e milho, além de gado de corte e suínos, especialidade na qual ganha especial destaque. Quase uma centena de indústrias, grande parte ligada ao beneficiamento de madeira e um forte comércio dão o necessário apoio à administração do Município. Aos 38 anos de emancipação político-administrativa Capanema destaca-se como uma verdadeira cidade-pólo da região fronteira do Paraná, fazendo por merecer a homenagem ora proposta para a qual esperamos o apoio irrestrito de nossos nobres Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 2533

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 14.11.90, de mais um aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história de Santo Antônio do Sudoeste cinzelou linhas marcantes na própria história da província paranaense. O povoado, de acordo com os registros, foi fundado pelo casal João Romero e pelo uruguaio radicado no Brasil, Dom Lucca Ferrera, que financiou as primeiras culturas de ervamate naquelas paragens e as estimulou para que se engrandescessem até se tornarem importantes para a economia do Paraná e do Brasil. Da fundação da localidade, no longínquo ano de 1902 até sua emancipação política e administrativa, sancionada em 14 de novembro de 1951, pela Lei n° 790, transcorreu meio século de trabalho árduo que se justificou até pela defesa ordeira da Fronteira Brasil-Argentina.

Ao povo de Santo Antônio do Sudoeste, o júbilo dos cumprimentos de todos os paranaenses, através do seu Poder Legislativo, homenagem para a qual rogamos o apoio unânime dos nobres Deputados e pelo qual agradecemos.

REQUERIMENTO N° 2605

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Engenheiro Beltrão, pela passagem dos seus 35 anos de emancipação político-administrativa, que se realizará no próximo dia 26 de novembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2606

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Araruna, pela passagem dos seus 35 anos de emancipação político-administrativa, que se realizará no próximo dia 29 de novembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2607

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Campina da Lagoa, pela passagem dos seus 29 anos de emancipação político-administrativa, ocorrido no último dia 04 de novembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do

Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2608

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Ubiratã, pela passagem dos seus 29 anos de emancipação político-administrativa, ocorrido no último dia 04 de novembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2609

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Roncador, pela passagem dos seus 29 anos de emancipação político-administrativa, ocorrido no último dia 05 de novembro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2610

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignaço na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos ao município de Janiópolis, que comemorou no último dia 18 de novembro, 28 anos de emancipação político-administrativa.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os vereadores daquele município, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 147/90, que submete à apreciação da Assembléia Legislativa o processo crime contra o Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias conforme ofício n° 1324/90, do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da redação final para os Projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 5 sessões, do Projeto de Lei n° 352/89, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o serviço de transporte marítimo de veículos - Ferry-Boat, na Baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que este Tribunal inclua na emenda de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná, o desmembramento da Vara Única da Comarca da Lapa em duas Varas: uma crime e anexos e outra civil e anexos.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

Este pedido se prende que, na análise do balanço do movimento já apreciado por este Tribunal na última emenda nos parece comportar tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 2616

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o dia 04.12.90, às 16 horas, para sessão solene de entrega de títulos de cidadão honorário aos Srs. Samuel Silveira, Joaquim Dutra e Frank Vieira da Silva.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2523

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com fundamento no artigo 116, parágrafo único da Constituição Estadual, a abertura de processo de destituição do Procurador Geral de Justiça, Doutor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, face ao não cumprimento do contido no ofício número 0650 do dia 22 de agosto de 1990, da Procuradoria Geral de Justiça, assinado pelo mesmo.

Requer-se seja designado dia, para inclusão da pauta de Ordem do Dia, do presente pedido, oficiando, antecipadamente o Senhor Procurador Geral de Justiça para apresentar as suas razões de defesa.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 35° aniversário do município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, comemorado em 30 de outubro próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Osvaldo Agostinho Reinato

Prefeito Municipal

Avenida Curitiba, s/n

São Pedro do Ivai - PR

- José Barban

Presidente da Câmara Municipal

Avenida Curitiba, s/n

São Pedro do Ivai - PR

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do 29° aniversário do município de IVAIPORÁ, comemorado em 19 de novembro de 1990.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Antônio da Paz Rosa Filho
Prefeito Municipal
- Pedro Goedert
Vice-Prefeito
- José Narciso de Mello
Presidente da Câmara Municipal
- E aos Vereadores:

Nilton Coelho, Hélio Matias, Jorge Kawano, Laudelino Belarmino Leão, Antônio Raizer, João Costa, Maria das Graças Rocha Moraes, Lázaro Bueno, Nicodemos da Silva e Eliaquim Sérgio Chavez da Conceição.

As correspondências podem ser encaminhadas à Praça dos Três Poderes, s/n - CEP 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALBERTO FRANCO FERREIRA DA COSTA, ocorrido dia 07 de novembro do corrente. Foi Deputado Federal, Diretor da Rede Ferroviária Federal, Chefe de Gabinete da Presidência da PETROBRÁS, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Diretor da Associação Comercial do Paraná e Jornal do Correio do Paraná. De tradicional família, deixou grande lacuna entre seus amigos paranaenses.

É justo que a Assembléia Legislativa do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo as condolências ao seu filho Alberto Ferreira da Costa, Av. Munhoz da Rocha, 98 - Apto. 71 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 2524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor LEOPOLDINO DE ABREU NETO, Prefeito Municipal de Antonina, pelo brilhantismo com que vem conduzindo o destino daquela municipalidade, ao mesmo tempo em que se estendem justas homenagens à população antoninense, a qual muito tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico e para a valorização cada vez mais expressiva do seu potencial turístico.

Na oportunidade em que esse Poder Legislativo cumprimenta Antonina pela passagem do 193° aniversário de emancipação sócio-política, destaque-se o esforço do Senhor Prefeito e municípios na recuperação

do patrimônio histórico-cultural, bem como, de relevantes serviços prestados em favor da melhoria da qualidade de vida daquela população.

Requer ainda, que do mesmo se dê ciência ao próprio Senhor LEOPOLDINO DE ABREU NETO - Prefeito Municipal de Antonina e demais municípios, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Rua 15 de novembro, 150 - CEP 83.370 - Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações e aplausos pela passagem do 35° aniversário de criação do distrito administrativo de Farol, município de Campo Mourão, parabenizando seus moradores e lideranças comunitárias pelo nível organizacional e espírito cooperativo que vêm atingindo, tendo sempre em mente a máxima de que ninguém cresce sozinho, e de que somente através do esforço concentrado de todos aqueles que convivem no dia-a-dia da realidade local é que se pode atingir os objetivos almejados.

Que a presente proposição represente o abraço do Poder Legislativo Estadual e os desejos sinceros de prosperidade quando de sua breve constituição em mais um município do Paraná.

Que do teor da presente, seja dada ciência ao Senhor JANE DE SOUZA PAXU, Digníssimo Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol - ADCIF, Avenida Paraná, s/n - FAROL - CEP 87.305; MÁRIO APARECIDO GUIRRO, Digníssimo Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Farol, Conjunto COHAPAR - FAROL - CEP 87.305; PADRE BRÁZ EMÍLIO MODAELI, Pároco responsável pela Paróquia de Santo Antônio, FAROL - CEP 87.305; GENTIL DE LIMA COSTA, Digníssimo Presidente da Comissão Pró Emancipação, FAROL - CEP 87.305.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2536

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação de votos de congratulações à nova diretoria do Núcleo Regional de Curitiba da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Eleita para gerir a seccional da capital da prestigiosa entidade, a diretoria para o biênio 1990/1992 conta com nomes de grande profissionais do nosso Estado e está assim constituída: Presidente, Júlio Minioli Neto; Vice-Presidente para Assuntos Técnicos, Iniberto Hammerchmidt; Vice-Presidente para Política Profissional, Carlos W. Pizzera Jr.; Vice-Presidente para Relações Públicas, Jorge J. Calixto; 1º Secretário, João J. Aguiar; 2º Secretário, Maria Clarice T. R. M. Chichacewski; 1º Tesoureiro, José R. Lamas; 2º Tesoureiro, Antônio C. A. C. Gomes Filho.

Para o Conselho Fiscal foram aprovados os nome de Celso N. Meister, Cid M. de Araújo, Josué G. Pinheiro, Nelson E. Kanda, Eimar A. de Medeiros, Eugênio Bohatch. Compõem ainda, a Comissão de Ética: Amir Pizzera, Djalma Burigo Faraco, Sílvia Tedéo, Maria Ângela F. Sommer, Nelson J. C. Haselmann e Simão Parnes.

Que o presente requerimento enseje os cumprimentos pelo reconhecimento de toda a categoria, expresso na escolha, bem como nossos votos sinceros de uma gestão profícu e empreendedora.

Que do presente se dê ciência aos homenageados.

REQUERIMENTO N° 2537

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações à Universidade Federal do Paraná pela inauguração da Sala de Exposição, Arte, Design & Cia.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Este novo espaço cultural instalado no "hall" do Edifício D. Pedro I, da UFPR, concretiza um anseio antigo da comunidade universitária, que dispõe agora de local para mostrar produções nas áreas de Antropologia, Design e Pintura, Esculturas, etc.

"Serra São Luiz", de Theodoro De Bonna; "Veleiro", de Miguel Bakun; "Paisagem", de Guido Viaro; "Menina", de Leonor nor Botteri; "Pinheiro", de Frederico Lange de Morretes e "Composições Castanha", de Fernando Veloso, são algumas das obras que compõem o vastíssimo acervo artístico da Universidade Federal do Paraná e permaneciam, até então, fora do acesso da comunidade universitária em geral, que não dispunha de meios para conhecê-lo. Hoje, na nova Sala de Exposições, estão à disposição da comunidade, dando ênfase e sentido real a isto que modernamente vem se chamando de Universidade Aberta ao Po-

vo.

As artes, a cultura, a criação, não podem permanecer encerrados em gabinetes, mas devem ser colocados aos olhos do povo, para os quais foram feitos.

Através desta inauguração, a UFPR dá um verdadeiro avanço nesse sentido, diminuindo a distância entre a comunidade e a arte, numa ponte construída pela Universidade, ciente do seu papel neste processo.

Por esta razão, a iniciativa merece os aplausos deste Poder, bem como o incentivo no que for possível e sempre será possível empreender por conquistas dessa natureza.

Que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor da UFPR, à sua equipe que planejou e implantou o espaço, bem como à Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação, para que tome conhecimento da realização da nossa Universidade Federal.

REQUERIMENTO N° 2542

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que faça constar de seus Anais, voto de congratulações e apreço, pela preservação da memória do Paraná, que tem desenvolvido, às seguintes instituições e pessoas, nas seguintes situações:

1) Secretaria de Estado da Cultura, na pessoa do Doutor René Ariel Dotti, e do Diretor do Museu de Arte do Paraná - funcionando no Palácio São Francisco -, pela organização da exposição retrospectiva da obra da artista plástica chinesa - falecida em Curitiba, a 21 de abril deste ano -, Senhora HELENA WONG, com edição de primoroso catálogo, que lhe serve de "Memória de Vida". O referido catálogo traz a marca cuidadosa e séria do Professor Ennio Marques Ferreira, seu organizador.

2) Secretaria Municipal da Cultura, na pessoa da Professora Lúcia Camargo, bem como da Coordenadora de Patrimônio Cultural, Maí Nascimento, e da restauradora Maria Esther Teixeira Cruz, pela reciclagem, catalogação do acervo e restauração das instalações do Museu de Arte Sacra do Paraná, anexo à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, no Setor Histórico da Capital. O referido acervo, reunido a partir de duas vertentes básicas, a saber, o acervo da Mitra Arquidiocesana de Curitiba, e o acervo de Poty Lazarotto - de santos brasileiros -, enriquecido com o altar policromado da primitiva Matriz de Curitiba e com o arcaz da Ordem Terceira de Curitiba, - tem agora novamente digna exposição, - que reforça o endereço do Largo da Ordem como espaço da memória popular.

Tal inserção nos Anais é exigência destes tempos de desprezo oficial pela cultura, - sobremaneira a nível federal -,

como reflexo de uma política de dominação da Nação apenas pela televisão.

Sala das Sessões, em 21.11.90

(a) RAFAEL GRECA

Pede-se ao Cerimonial que envie cópia da menção às seguintes pessoas:

- Secretário René Ariel Dotti
- Ennio Marques Ferreira, Diretor do Museu de Arte do Paraná
- Secretaria de Estado da Cultura
- Ébano Pereira
- Secretária Lúcia Camargo
- Maí Nascimento
- Maria Esther Teixeira Cruz
- na Secretaria Municipal de Cultura
- Prça Garibaldi, 7.

REQUERIMENTO N° 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal "FOLHA DE LONDRINA", pelos seus 42 anos de existência, dirigidos ao seu ilustre Diretor Presidente, Senhor JOÃO MILANEZ.

Um jornal não se faz apenas de palavras impressas, mas acima de tudo, se constitui pela audácia, emoção e sensibilidade.

A "FOLHA DE LONDRINA" completa 42 anos de uma presença efetivamente marcante na vida dos paranaenses, de todos os seus pioneiros desbravadores, das inúmeras etnias que, aqui se estabelecendo, criaram raízes profundas, fruto de um trabalho árduo e uma perseverança que as gerações mais novas souberam herdar.

O Jornal não limitou-se a contar a história de sua gente, mas dela fez parte, alicerçando os pilares do progresso. Portanto, mais do que o testemunho dos fatos, debruçou-se na janela do tempo, procurando avistar o que se descortinava no horizonte.

A dinâmica social é a dinâmica do jornal e vice-versa. Uma identidade que se firmou ao longo de mais de quatro décadas, espelhou permanentemente os legítimos e altivos interesses de uma população que caracterizou a "Folha" como instrumento pelo qual as lutas ganharam a força e a dimensão necessárias.

Desta forma, Senhores, Presidente e Deputados, ao registrarmos nos Anais desta Casa as nossas efusivas congratulações à "FOLHA DE LONDRINA", o fazemos com profunda convicção de prestarmos uma justa homenagem àquela que tem sido o orgulho de toda a vigorosa imprensa deste Estado, cabendo ainda constar integralmente as bandeiras de luta do Jornal, latentes sentimentos dos paranaenses e da Nação:

"- apoio a todo movimento que vise

conduzir o cidadão a conscientizar-se de sua força e de seus direitos e obrigações;

- salário justo ao trabalhador, como condição primeira para salvação nacional;
- melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, rurais e urbanos;
- defesa da criança e do menor abandonado;
- defesa do cidadão contra os especuladores e contra a arbitrariedade;
- apoio às medidas do Governo e da sociedade para controle da inflação;
- melhoria da qualificação educacional, cultural e profissional do indivíduo, para obtenção de melhor produto, aumento da produtividade e contenção do desperdício;

- reforma agrária, visando o assentamento dos colonos sem-terra e aumento da produção e da produtividade agrícola;

- continuidade da campanha pela diversificação agrícola, no Paraná, visando a fixação do homem do campo à terra e o retorno à lavoura do homem marginalizado nas cidades;

- valorizar, nas pessoas, as crenças religiosas e a busca pelo aprimoramento espiritual."

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a Sua Excelência, a Senhora Secretária de Estado da Educação GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando medidas que objetivem a imediata implantação do Curso de 2° Grau - Habilitação Magistério no Colégio Estadual Regente Peijó - Ensino de 2° Grau, de Ponta Grossa.

Objetiva a presente proposição ofertar à clientela estudantil mais esta opção, além das que o Colégio possui, como Educação Geral e Secretariado, atendendo a um número considerável de alunos, provindos em sua maioria de bairros vizinhos, a saber: Nova Rússia, Jardim Carvalho, Uvaranas, Olarias, Ronda, Boa Vista e outros.

Deve-se acrescentar que além de constituir-se imperiosa a referida implantação, em vista da procura por grande maioria de alunos, a Escola possui todas as condições necessárias, tanto instalações adequadas e espaço físico condizentes, como professores habilitados para ministrar aquele curso.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2538

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando a instalação de rede de água tratada na rua Paulo José Busso, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pelos termos no abaixo-assinado em anexo, é possível verificar o número de famílias que, morando na rua em questão, enfrenta grandes dificuldades pela inexistência de rede de água.

É preciso lembrar que isto é quase fundamental para manutenção de padrões mínimos de higiene, principalmente em função do número de crianças existente na área citada.

Por esta razão e confiando na competência dos técnicos da SANEPAR, temos certeza que a solicitação será objeto de estudos, culminando no seu atendimento, como forma de efetivar esta importante conquista àquela comunidade.

Que do teor do presente dê-se ciência ao representante dos moradores, Senhor Sebastião Laurindo Menolli, na rua Paulo José Busso, 16 - Santa Felicidade - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO N° 2546

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas faculdades regimentais, tendo em vista o que dispõe a Constituição brasileira e paranaense e, ainda,

CONSIDERANDO

01. que o Procurador da República Clémerson Merlin Cléve ajuizou, perante o Juízo Federal de Foz do Iguaçu, Ação Civil Pública em defesa dos índios Avá-guarani, bem assim como onde se inserem;

02. que os remanescentes da etnia Avá-guarani tendo experimentado todas as compulsões, conseguiram chegar ao século XX ilhados em meio à população nacional. A saga desse povo tem sido objeto de referência na imprensa escrita (Jornal Fronteira do Iguaçu de 16.12.75; Jornal do Brasil de 05.01.76; O Estado de São Paulo de 08.11.78 e 24.03.79 e o Estado do Paraná de 11.03.90). A imprensa vem chamando a atenção para os "azares" que a história tem reservado para essa gente;

03. de qualquer forma, sobrevivendo a seu modo e encurralados pelo contínuo processo de colonização que, espetacularmente, mudou a face do Oeste paranaense, detinha esse povo posse imemorial sobre uma área considerável nas margens do Rio Paraná;

04. que com a construção da represa de

Itaipu, os Avá-guarani que habitavam áreas que sofreriam inundação, foram removidos. Reivindicaram sempre outra área equivalente, empreitada em que contaram com o apoio de instituições como o CIMI - Conselho Indigenista Missionária e a Comissão Justiça e Paz;

05. que por acordo firmado em maio de 1982, a comunidade Avá-guarani, em face da iminência da inundação do reservatório de Itaipu, aceitou a área oferecida pela Itaipu Binacional, no local Jacutinga Ocoí, município de São Miguel do Iguaçu. A área, de 253 hectares, apenas com imensa dificuldade, pode servir à finalidade de agasalhar o povo Avá-guarani;

06. que o Ministério Público Federal estuda os meios para buscar a satisfação da pretensão indígena;

07. que vivendo numa situação de penúria e miséria, encontram-se os índios obrigados a vender a madeira extraída da reserva até para comprar sal ou açúcar. Mas a questão ambiental constitui mero reflexo da situação vivida por este povo;

08. que habitam na reserva pouco mais de duzentas pessoas. A área da reserva não é superior a 250 (duzentos e cinquenta) hectares, formando um braço contínuo comprimido entre as propriedades dos colonos e o Lago Itaipu. Da terra não conseguem tais índios retirar os recursos necessários para a satisfação de suas necessidades mais elementares;

09. que para manter a vida indigna que têm sido obrigados a suportar, necessitam trabalhar para os colonos vizinhos como bóias-frias. Ou então, sucumbem à sedução dos madeireiros e carvoeiros, vendendo a preços irrisórios a madeira que resta na reserva;

10. que entende o Ministério Público Federal e também os integrantes deste Poder que sem a solução da miséria a que têm suportado o povo Avá-guarani, não se resolverá a questão ambiental. Não bastasse a fome, também a doença consome os últimos remanescentes da etnia, já que o Lago de Itaipu tem servido para a proliferação do inseto transmissor da malária e, por isso, num grupo de pouco mais de duzentas pessoas - presume-se - pelos menos cinquenta já apresentam sinais da doenças;

11. que só estes dados são suficientes para demonstrar que do estado de miséria em que se encontram os Avá-guarani repercute o drama relativo ao corte de árvores da reserva indígena;

12. que o Procurador da República no Paraná já tomou providências na sua alçada, continuando estudos em Brasília, a possibilidade de remoção da população Avá-guarani para uma área pelos menos equivalente àquela que possuía antes da inundação pelo Lago de Itaipu;

13. o que preceitua o artigo 231 da Constituição Federal: "São reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.";

14. também o dever imposto pelas Constituições aos representantes da população, detentores de mandato, de zelar pela natureza e por esses remanescentes étnicos; REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembleia Legislativa do Paraná à FUNAI, IBAMA, Secretaria Nacional do Meio Ambiente e ao Presidente da República do Brasil, solicitando providências no seguinte sentido:

- a) fazer cessar o desmatamento na reserva indígena de Ocoí;
- b) reflorestar a área já desmatada;
- c) desenvolver rigoroso inquérito e fiscalização, a fim de coibir e punir a prática de desmatamento;
- d) socorrer, prestar assistência e integral apoio (serviços médicos e prestação de alimentos) aos índios Avá-guarani;
- e) verificação da situação de exploração subumana e quase escrava dessa gente Guarani pelos madeireiros, carvoeiros e proprietários de terras;
- f) garantia dos direitos humanos e constitucionais da população em questão;
- g) agilização do processo de remoção do povo Avá-guarani para uma área, pelo menos idêntica àquela que originariamente ocupavam.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Procurador da República no Paraná, ao Conselho Indigenista Missionário e à Comissão Justiça e Paz, bem como ao Governador do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2558

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR, gestionando peça doação de 500 (quinhentos) metros de tubulação (canos) para instalação na Ilha de Cotinga, em Parana-guá, a fim de propiciar abastecimento de água aos moradores.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras famílias que habitam na Ilha da Cotinga perecem pela inexistência de água encanada. Por esta razão, para utilização de água, são obrigados a percorrer

grande distância, suportando vasilhas com grande volume de água sobre a cabeça. Se a situação "dá samba" e motivo para um quadro, não dá para suportar.

Essa inexistência de recurso hídrico tem dificultado, inclusive, a manutenção de padrões mínimos de higiene, numa localidade onde há elevado número de crianças.

O que propomos é a solução do problema através de uma parceria: Estado/Comunidade. O Estado emprestaria o seu apoio através da cessão do material e a comunidade instalaria o mecanismo, efetivando essa reivindicação que se arrasta há muitos anos.

Maiores detalhes poderão ser obtidos diretamente com a Associação de Moradores da Ilha da Cotinga.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Prefeito e Vereadores de Parana-guá.

REQUERIMENTO N° 2565

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, gestionando pela instalação de um telefone público comunitário na Rua Guatemala, 277 - Vila Varginha - Pinhais.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se justifica pelo elevado número de moradores na localidade em questão - carentes em sua maioria - que se constituem em usuários potenciais desse serviço.

Como temos afirmado nas solicitações deste sentido, as maiores dificuldades são vividas nas ocasiões que caracterizam emergência, quando os moradores necessitam contatar com a Rádio Patrulha, Corpo de Bombeiros ou assistência médica.

Por esta razão, temos certeza que a TELEPAR, com a competência e desenvoltura que lhe são peculiares, dará bom andamento ao presente requerimento.

Que do teor do presente dê-se ciência aos interessados, através do endereço supra citado.

REQUERIMENTO N° 2521

Senhor Presidente.

Na pauta de discussão desta Casa se encontra projeto de lei tendente a privatizar a exploração do serviço de transporte de passageiros e cargas, na Baía de Guaratuba, através de "ferry boat". A justificativa que o acompanha não fornece elementos suficientes para embasar um posicionamento mais seguro.

Diante da inexistência de informações, REQUEIRO, após manifestação do Plenário,

seja oficiado ao DD Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para que no prazo de dez dias, forneça as informações necessárias sobre a atual situação do "ferry-boat" de Guaratuba, bem como sobre a economicidade do Projeto de Lei n° 352/89, em tramitação nesta Casa, sobre os possíveis benefícios ou prejuízos que a medida acarretará, enfim, sobre o interesse público na matéria.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 2549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação do seguinte pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacir Favetti, nos seguintes termos:

1) Qual o motivo de se pedir dispensa de licitação, alegando urgência para materiais que não traduzem urgência?

2) Por que razão não se deu atendimento ao parecer técnico, que determinava a devolução do processo ao Secretário da Segurança Pública para os devidos procedimentos legais?

3) Como se deu esse pagamento se não houve ratificação governamental?

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o processo para fins de ratificação de dispensa de licitação, verifica-se que o parecer técnico de n° 0101/90, fica claro a não necessidade do mesmo, tendo em vista que na listagem anexada aos autos constam itens que não traduzem urgência, uma vez que perecíveis e natural o seu desgaste. Ainda no mesmo processo, foi comprado 60 jogos de pastilhas de freios para Monza, que segundo informação do Senhor Nelson Luís Caron, responsável pelo Grupo de Apoio Técnico do Departamento de Transporte Oficial, não consta dos registros da Polícia Civil do Estado do Paraná, nem dos veículos de placa sigilosa, veículos do tipo Monza.

REQUERIMENTO N° 2550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REUER a expressa manifestação do Plenário para aprovar o presente pedido de informações, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, nos seguintes termos:

1) Quais as razões que levaram a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, a colocar em risco a vida dos operários que traba-

lhavam nas obras de construção da Central de Apoio do SUDS/Capanema, por não terem sido executados no devido e apropriado tempo, a drenagem e coleta das águas pluviais?

2) Descrever minuciosamente de que se compõe esta CENTRAL DE APOIO, quantos barracões, sua destinação e especificação, custo de cada etapa da obra, quais foram licitadas, quais foram dispensadas da licitação e razões disso, bem como previsão para seu funcionamento.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Caetano Munhoz da Rocha, possui um Departamento de Engenharia, para melhor acompanhamento das obras e construções empreendidas por aquela vinculada da Secretaria da Saúde. Incrivelmente, porém, é de estranhar-se que uma obra daquela Fundação, chegue a por em risco de vida os próprios operários que nela trabalham, pela incúria e omissão em providências, não só de segurança, mas da total falta de planejamento e boa aplicação dos recursos públicos.

É lamentável que numa obra do porte e da segurança que deve ter como a CENTRAL DE APOIO DO SUDS, como a que se constrói no Bairro do Capanema, aqui na Capital do Estado, as coisas chegassem a tal ponto de a empresa contratada ter afirmado que na obra, "ESTA FALTA DE DRENAGEM PLUVIAL, INTERNA E EXTERNA; ESTÁ PROVOCANDO VIOLENTA EROSAO NAS FUNDAÇÕES E TALUDES, EXPONDO SAPATAS E ATÉ ESTACAS. ISTO PERDURANDO, A CURTÍSSIMO PRAZO, HAVERÁ RECALQUES DAS FUNDAÇÕES, PODENDO COMPROMETER ATÉ A ESTABILIDADE GERAL DA OBRA, MAIS ACENTUADAMENTE NOS GALPOES 2 E 3", e ainda alertando as autoridades que:

"TAL HIPÓTESE TRARIA RISCOS DE VIDA AOS OPERÁRIOS, ALÉM DE DANOS MATERIAIS E INCLUSIVE MORAIS DE GRANDE MONTA PARA TODAS AS PARTES ENVOLVIDAS."

Em substancioso parecer, a Assessoria Técnica da Casa Civil, inquina de irregular todo o procedimento da Secretaria da Saúde, naquela obra, alertando inclusive para as responsabilidades decorrentes de tal procedimento.

Contudo, pelo que se sabe, tais irregularidades, parecem ter sido pré-fabricadas, ou seja, criou-se uma situação para que sob o argumento de "urgência" se conseguisse dispensar a licitação das obras de coleta das águas pluviais que montam a mais de sete milhões de cruzeiros. Aliás, esta tem sido a "sistemática" na dispensa das licitações por parte daquela Secretaria, não só na aquisição de material, na contratação de obras e serviços.

Contudo, e como alerta o parecer referido, por cinco anos as partes envolvidas

na construção da obra, estarão respondendo pela responsabilidade civil do art. 1.245 do Código Civil, se houver algum acidente, aliás previsível no dizer da própria empresa construtora.

Assim, para que esta Casa esteja em condições de acompanhar o desdobramento desta situação irregular e de grave responsabilidade pela segurança de vida e de bens, é indispensável que as informações solicitadas sejam prontamente atendidas.

REQUERIMENTO N° 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER aprovação do Plenário, para encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, o seguinte pedido de informações:

1) Quais as quantidades de "agulhas e seringas IBRAS-CBO", que foram apreendidas e interditadas pelo Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária, em 24.04.90, bem como o atual destino daquele material?

2) Este material, adquirido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, foi obedecendo que modalidade de aquisição? Houve concorrência pública? Quem recebeu referido material? Qual a quantidade comprada e qual a que chegou a ser usada? Em que locais e cidades foram usadas?

3) Quais as providências tomadas pelo Governo do Paraná, após a interdição do material, no sentido de ressarcimento pelos prejuízos verificados?

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Após inúmeras denúncias, foram apreendidas e interditadas agulhas e seringas descartáveis, que adquiridas pelo Governo do Estado, apresentavam "pontos escuros, material estranho dentro das embalagens, presença de bolhas, presença de resíduos, esmalte, cabelos, etc., bem como protetores plásticos das agulhas perfurados".

Muito embora este material tenha sido comprado pelo Governo do Estado e utilizado na rede estadual, pondo assim em risco a saúde pública, até o momento não se sabem quais as providências, se é que houveram, tomadas pela Secretaria da Saúde, para apurar as responsabilidades pelo ato danoso.

Uma ação enérgica do Estado, para obter ressarcimento pelos prejuízos, deveria ter sido adotada, bem como apurar as responsabilidades do pessoal que realizou esta compra danosa para o Poder Público.

Estas são razões suficientes a justificarem o presente pedido de informações.

REQUERIMENTO N° 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a aprovação do pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, nos seguintes termos:

2) Qual a verdadeira razão de ter-se dispensado a concorrência pública para a instalação das "áreas limpas, para produção de soro" no Hospital São Roque?

2) Por que razão não se deu atendimento ao parecer técnico, que exigia ficasse comprovada a exclusividade da empresa contratada?

3) Como se deu esse pagamento se não houve ratificação governamental?

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se neste pedido, de mais um caso de dispensa de licitação pública da Secretaria de Estado da Saúde. Agora invocando a exclusividade de fabricação, contrata-se uma empresa e esta por sua vez arruma uma subempreiteira que efetivamente realiza a obra, descaracterizando assim, a dita exclusividade.

Esta Casa, que já propôs uma CPI naquela Secretaria, sobre irregularidades desta natureza, tem que estar informada de mais esta, ou no dizer da opinião pública, mais uma das inúmeras "maracutaia governamentais".

REQUERIMENTO N° 2553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário, para solicitar do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, o pedido de informação sobre:

1) Pela NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE PAGAMENTO N° 1257 de 22.06.90, a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, pagou a importância de Cr\$ 6.960.000,00 (seis milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros) pela edição de uma revista educativa, pergunta-se: a) qual o título desta revista; b) qual o número de páginas; c) qual a tiragem e d) quem é o autor da mesma?

2) Quem recebeu a importância do referido pagamento? O mesmo foi efetuado em moeda corrente ou cheque? Se em cheque, quem o nominado ou se foi ao portador?

3) Remeter um exemplar da revista com a resposta deste pedido de informação.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Diligências empreendidas junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, não se conseguiu localizar a impressão da revista, que caracterize a descrita na Nota de Empenho de Pagamento da Administra-

ção dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Denúncias que circulam, chegam mesmo a afirmar que não houve a impressão de qualquer revista, muito embora já tenha havido um pagamento.

Na eventualidade de ter sido impressa a revista, a quem foi distribuída e sua qualidade, serão elementos indispensáveis, para que os Representantes do Povo, neste Poder, possam avaliar como se gasta o dinheiro público, mormente por tratar-se de finalidade portuária, que não demanda de publicidade.

REQUERIMENTO N° 2612

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio ao Senhor Governador do Estado do Paraná, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

01. SOBRE DUALIDADE:

a) ponderando que o próprio Banco Central do Brasil estabeleceu inúmeras condições para recuperação e normalização do BRDE:

- ao quitar, em março de 1989, no mercado financeiro, todos os títulos do BRDE que vinham, ao longo dos anos, sustentando a inadimplência dos Estados junto àquele Banco de Desenvolvimento;

- ao propiciar o saneamento financeiro do BRDE após a quitação dos referidos títulos e transferência das dívidas para a União, através da assunção das mesmas pelos Estados;

- ao decretar o levantamento da liquidação extrajudicial, em 14.03.90, por reconhecer cessado o alegado motivo de iliquidez;

- ao dispor-se a administrar o BRDE, instalando o regime de Administração Especial Temporária;

- ao estabelecer, no Voto que encerra o processo de liquidação extrajudicial, em seu item 2.c.: - "serão estabelecidas, pelo Banco Central, e pelos Estados Instituidores, condições para o retorno ao normal funcionamento do BRDE, de modo que o mesmo possa recuperar os níveis adequados de desempenho operacional";

- ponderando, também, que Vossa Excelência concordou com todas estas condições ao assinar o "CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA E OUTROS PACTOS", é de se inferir que, àquela época, sua opção para eliminar a dualidade não era a liquidação do BRDE;

- quais os motivos que levaram Vossa Excelência a alterar, agora, a sua decisão?

b) O Voto DIFIS/90/012, de 14.03.90, define em seu item 3.8.d., que a "dualida-

de institucional hoje existente entre Bancos Estaduais de Desenvolvimento e o BRDE deverá ser eliminada durante o período de administração temporária", que se encerra somente em 14.03.1991 e pode, conforme prevê o Decreto-Lei n° 2321, ser prorrogada por mais um ano.

- Por que Vossa Excelência encaminhou a Mensagem à Assembléia Legislativa do Paraná, em 05.11.90, antes mesmo que se definisse qual o futuro Governador do Paraná e seu respectivo plano de Governo?

- Vossa Excelência aquilatou que talvez esteja tentando induzir esta Casa a tomar atitudes que possam ser duramente cobradas pelo próximo Governo ou pela própria comunidade produtiva paranaense?

c) Tendo em vista a decisão do Governo do Paraná em promover a unificação BADEP/BANESTADO, os principais motivos alegados em sua mensagem - a eliminação da dualidade e o fortalecimento do BADEP - não ficam atendidos, sem que haja a necessidade da retirada do Paraná do BRDE ou sua liquidação?

02. SOBRE O REGIME AUTÁRQUICO

a) Em sua Mensagem, Vossa Excelência explicita que: "por se tratar de uma autarquia interestadual, os seus atos constitutivos contemplam que, de forma análoga à sua criação, qualquer alteração ou modificação dos referidos atos constitutivos, depende de prévia autorização legislativa";

Indaga-se:

- Como pôde Vossa Excelência assumir um compromisso junto às autoridades monetárias, em 14.03.90, quando se previa a possível extinção de uma autarquia, se o assunto extrapolava a alçada do Executivo?

b) Qual o embasamento jurídico para que a transferência do acervo de uma Pessoa Jurídica de Direito Público com receita e patrimônios públicos para uma Pessoa Jurídica de Direito Privado (Sociedade Anônima), suscetível até mesmo de falência, não venha a resultar em ações populares por dilapidação do patrimônio público?

c) O BRDE participou em operações como garantidor através de fiança, muitas das vezes válidas e aceita em função da sua condição de autarquia interestadual. Como impedir que tais credores, sentindo-se lesados pela retirada de um dos Estados, contestem judicialmente tal ato?

d) Face à condição autárquica do BRDE e da imunidade constitucional que lhe é conferida, ao mesmo é dispensado tratamento fiscal e tributário privilegiado. Tal

situação, indubitavelmente, traz benefícios ao Estado, pois permite a manutenção e a reaplicação destes recursos no próprio Paraná e Região Sul.

Solicitamos, então, que nos seja apresentada a mensuração desses benefícios e também uma demonstração de como os mesmos serão compensados com a troca de regime jurídico de autarquia para Sociedade Anônima.

e) A Constituição Federal, em seus artigos 19 e 41, confere aos funcionários do BRDE a estabilidade:

- qual o destino a ser dado tanto aos funcionários lotados no Paraná quanto aos da Direção Geral (Porto Alegre), que cabem ao nosso Estado, em caso de cisão?

- Tendo em vista a total incompatibilização jurídica entre os quadros funcionais de uma autarquia e de uma sociedade anônima, qual a solução a ser adotada?

03. SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO BRDE

a) - Vossa Excelência afirma que "aquela autarquia não tem obtido captação de recursos junto ao mercado financeiro".

Solicitamos um demonstrativo analítico dos recursos alocados pelo Estado do Paraná no BRDE para que o mesmo fizesse frente aos seus custos administrativos, bem como aos seus compromissos com credores (BNDES/FINAME, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCOS ESTRANGEIROS e DEPARTAMENTO DO TESOURO NACIONAL e outros agentes) durante o período citado em sua mensagem.

b) - Enumerar as medidas adotadas pelo Estado do Paraná para que as linhas de repasse junto ao BNDES fossem reativadas após interrompido o processo de liquidação extrajudicial, já que tal compromisso também fora assumido por Vossa Excelência através de aceitação do contido no Voto DIPIS-90/12, especialmente no item 2.c..

c) - Durante o período de liquidação extrajudicial, o BRDE ficou legalmente impedido de efetuar pagamentos ao BNDES. O voto DIPIS-90/12, determinava que "o levantamento da liquidação extrajudicial com a transformação em administração especial temporária, será concretizado ao término da renegociação dos passivos correspondentes aos créditos dos sistemas BNDES (BNDES/FINAME).

Vossa Excelência confirma as notícias veiculadas na imprensa que, mesmo sem concluir a renegociação com o BNDES, o BRDE tem efetuado pagamentos àquele sistema, após 14/03/90?

Qual o montante já pago?

- Se confirmado tal fato, estando ainda pendente uma condição do Voto para a concretização do término da liquidação ex-

trajudicial, essas remessas não poderiam se caracterizar como ilegais?

- Ainda na hipótese de que pagamentos tenham sido efetuados, qual sua participação na decisão de assim proceder?

- Foi devidamente avaliado o risco de enviar recursos para fora da Região, sem a garantia de que os mesmos retornassem sob a forma de linhas de financiamento, conforme Vossa Excelência afirma no item "c" de mensagem?

04 - FORTALECIMENTO DO BADEP

a) Quais as outras alternativas para eliminação da dualidade, objeto da análise que originou a atual postura do Governo do Estado?

b) Quais as "atuais circunstâncias" que levaram Vossa Excelência a definir, na mensagem, a alternativa proposta, como melhor e factível, para eliminação da dualidade?

c) Solicitamos a apresentação de demonstrativo econômico e financeiro analítico dos dois Bancos de Desenvolvimento que comprovem objetivamente de que maneira a alternativa proposta virá fortalecer o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

05 - SOBRE O PROJETO DE LEI

Devido à relevância do assunto, bem como responsabilidade que pesa sobre esta Casa ao deliberar sobre a questão solicitamos que sejam previamente estabelecidos os critérios para apuração do citado acervo líquido que caberá ao Paraná, definindo, desde já, regras, condições e prazos. Solicitamos, ainda, que tais definições sejam acompanhadas de embasamento legal que as torne factíveis, uma vez que a complexidade jurídica que envolve uma autarquia interestadual enseja uma série de cuidados especiais no sentido de resguardar tanto o Governador como esta Casa de possíveis atos jurídicos anulatórios.

06 - SOBRE OUTROS ASPECTOS.

Considerando que:

- O mundo está se reorganizando em blocos econômicos cada vez mais abrangentes. O momento universal é de unificação e não de desagregação;

- Com a integração latino-americana prosperando, a identidade regional passa a ser muito mais importante, pois caso contrário os pólos mais avançados dos países que se integram se beneficiam ainda mais, em detrimento de esforços periféricos, quando fragmentados;

- A fragmentação é uma medida contrá-

Curitiba, quarta, em 21.11.90

ria às novas realidades nacionais, haja vista a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, órgão diretamente ligado à Presidência da República, e que se utilizará de instituições regionais para a implementação de programas de desenvolvimento;

- A Constituição Federal ressaltou a importância das instituições regionais, quando em seus artigos 34, 159 e 192, além de criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, determina que os recursos da União que se destinem a programas e projetos de desenvolvimento regional devem ser depositados em instituições de caráter regional e por elas aplicados;

- Os organismos internacionais, como BID e BIRD têm, historicamente, atuado junto a instituições oficiais e regionais;

- Com os atuais parâmetros para definição do limite de endividamento das instituições financeiras e qualquer que seja o patrimônio líquido do BRDE no Paraná, o poder de atrair recursos para o Estado fica enfraquecido e diminuto, se comparado à alavancagem propiciada pela soma dos patrimônios líquidos dos três Estados, o que só é possível por se tratar de um Banco Regional.

- Qual o cenário previsto para o Paraná, no futuro, ao retirar-se de um Banco Regional e isolando-se no contexto sulino?

- O Poder Executivo estaria disposto a arcar com o ônus político pela responsabilidade pela desestruturação de uma unidade regional, deixando o Paraná isolado na acirrada disputa nacional pelos poucos recursos para o desenvolvimento do setor produtivo?

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Transcrições:

REQUERIMENTO N° 2578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que conste nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo firmado pelo Dr. BENEDITO FELIPE RAUEN, publicado no "Gazeta do Povo" no dia 14 do corrente, sob o título: ALBERTO FRANCO FERREIRA DA COSTA.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família e ao Dr. ALBERTO FRANCO FERREIRA DA COSTA bem como ao Dr. BENEDITO FELIPE RAUEN.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A notícia veio fulminante, com a surpresa que muitas vezes precede à morte inevitável: morreu nosso amigo Alberto Franco Ferreira da Costa no dia 08.11.90.

De surpresa, traído pela moléstia cardíaca um homem de bom coração. Sempre pronto a ajudar o próximo. Um bom cristão, antigo congregado mariano na Congregação Mariana da Catedral, que juntos frequentamos, na fase universitária inclusive.

Formou-se em Odontologia, mas sua vocação era a de engenheiro e o foi competente, abalizado: com seu digno irmão Lysímaco, fizeram a auto-estrada, que nos leva em pista dupla à antiga cidade de Paranaguá, onde temos o Santuário de Nossa Senhora do Rocio, a Padroeira do Paraná, milagrosa e muito visitada.

Conheci-o nos idos do Internato Paranaense, onde foi nosso professor o grande paranaense Lysímaco Ferreira da Costa, que nos legou uma geração de homens de bem; biografado pela sua ilustre filha Maria José, que põe diante das gerações futuras a exemplar dimensão de um dos mais ilustres paranaenses (in Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná, 1987).

Conheci Alberto na adolescência, usávamos uniforme cáqui dos alunos da época, que estudavam de fato, excelentes professores, entre os quais os beneméritos padres da Congregação da Missão ou Lazaristas, filhos do grande S. Vicente de Paula, dirigentes sábios do Colégio Internato Paranaense.

No recreio eu e Alberto sempre conversávamos, jogávamos futebol, ele sempre aberto e franco até no honrado nome.

Sua formação, na igreja doméstica e no saudoso e excelente colégio, humanística, cristã, serviram de embasamento à brilhante carreira. Bom político, analisava com discernimento a situação política-econômica do Brasil, que muita amava. Sempre paranaense.

Um homem de caráter. Corajoso. Sua franqueza o levava a dizer o que tinha a falar pela frente. Granjeou muitos amigos.

O mais importante, porém é que se não descuidou da vida espiritual, exemplo para os filhos e netos, que tanto choraram no enterro.

Ele sabia da advertência amiga de Jesus: Ficai preparados, ninguém sabe o dia nem a hora. A morte vem de repente, quando menos se espera ... Que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se perder sua alma? Rezava, comungava, fazia caridade. E nós, na sala de espera, imitemos, ouçamos S. Mateus, 25.1.13: "fiquem vigiando, pois vocês não sabem qual será o dia nem a hora.

REQUERIMENTO N° 2593

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, no uso das prerrogativas parlamentares, em conformidade com o art. 134 § 4°, II, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário des-

ta Casa REQUER: a inserção nos Anais desta Casa de Leis do editorial anexo: "O Desafio da Alfabetização", publicado na edição do dia 14 de novembro de 1990, pelo jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O artigo em pauta bem salienta a opinião do tradicional matutino paranaense que também é conjugada por nós, dando conta que o Paraná precisa empinhar com vigor, a luta pela melhoria da formação educacional do nosso povo, a fim de poder responder aos desafios do presente.

Como bem avaliou o editorial, há uma interrelação entre educação e modernidade, no sentido de que a pessoa só manterá e expandirá as habilidades de leitura, escrita e técnica que aprendeu se tiver que utilizá-las em sua atividade prática; doutro lado, o desenvolvimento impõe a crescente exigência de pessoas com formação básica para o exercício de profissões rurais e urbanas.

O Paraná está singularmente dotado para eliminar de suas fronteiras o analfabetismo adulto, mediante ações regionais de desenvolvimento econômico e social. Já conquistamos as divisas territoriais do Estado e agora precisamos crescer para dentro, incorporando técnicas culturais mais modernas, atividades econômicas mais produtivas e preparando um ambiente de mais progresso. Como representante do Centro-Oeste paranaense, a última região de ocupação territorial, posso assinalar que a partir daqui os ganhos terão que ser obtidos na melhor educação geral e técnica, na incorporação de novos métodos produtivos e na busca de produtividade para que habilitemos a oferta de uma mão-de-obra de nível ótimo. Só uma sociedade bem preparada, com amadurecimento cultural e técnico pode aspirar ao desenvolvimento.

REQUER, por fim, que dos termos desta manifestação seja dado conhecimento ao jornal "Gazeta do Povo", na pessoa do seu Diretor, o eminente jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 581/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Datiloscopistas do Estado do Paraná - ADEP, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Datiloscopistas do Estado do Paraná, fundada em 05.06.84, nesta Capital é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente, constituída sem limite de prazo para sua duração e que se destina à defesa e assistência dos datiloscopistas e funcionários do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, sendo a legítima entidade representativa da classe.

São finalidades da ADEP: congregar associativamente todos os servidores do Instituto de Identificação do Paraná; defender com intransigência o bom nome da classe; promover recreações e esportes em geral; promover a assistência médica aos associados e suas famílias; prestar assistência jurídica aos associados, prestigiar as entidades congêneres do país e do exterior; promover o círculo dos datiloscopistas do Estado do Paraná no conceito social; fomentar a fraternidade, harmonia e camaradagem entre os associados, através de eventos sócio-culturais.

Considerando-se o exposto, temos certeza de que os nobres Pares, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vai discutir, ou pelo menos vai ouvir exposições aqui, que serão colocadas através de companheiros Parlamentares de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que há muitos anos lutam, a exemplo de uma comissão de Deputados desta Casa, pela manutenção do BRDE. Muito embora não tenhamos quórum na Casa para a votação de matérias, me parece oportuno, Sr. Presidente, que a sessão seja mantida e que aguardemos a chegada dos dois Parlamentares, porque aqui estão na Casa hoje funcionários do BRDE que querem na verdade acompanhar as exposições, que querem saber também as posições desta Casa através de seus Parlamentares com relação a este assunto.

Todos sabem que o Governador do Estado do Paraná, seguindo uma sequência de ações, até pensadas contra a máquina do Estado, propôs a extinção do BRDE, e nós que temos acompanhado todo o processo que

vem se desenvolvendo desde 07 de março de 1989, sabemos que o BRDE é uma autarquia criada em 1961, para promover o desenvolvimento coordenado da Região Sul.

Em vinte e nove anos de atividades o BRDE sofreu várias tentativas de extinção por parte de pessoas de visão curta, ele só sobreviveu graças ao acervo de ações pioneiras e acertadas, e pôde sempre apresentar, fazendo calar aqueles que o queriam extinto.

Os acertos do BRDE são muitos nestes vinte e nove anos, mais de vinte e dois mil projetos gerados de empregos e mais de doze bilhões de dólares investidos e reinvestidos no setor produtivo da região, recursos que de outra forma teriam sido canalizados para outras regiões. No Paraná, além de grandes projetos industriais, foi o BRDE que incentivou o cooperativismo e apostou num setor que no início só despertava incerteza; no Rio Grande do Sul, o Pólo Petroquímico; e em Santa Catarina, o Pólo Cerâmico, para mencionar apenas alguns projetos. O cabedal técnico do pessoal do BRDE acumula a experiência considerável que sempre foi colocada a serviço da sociedade. E com todo esse passado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda mais uma vez o BRDE vive uma experiência orquestrada pelos seus inimigos. Em sete de março de 1989, alegando, pretensamente, insuperáveis dificuldades de caixa, o BACEN decretou a liquidação extrajudicial com a conivência dos órgãos estaduais e federais a que estava afeto o Banco. E, ao assumir a gerência do BRDE, o BACEN, depois de um ano e sobre a pressão de todos os setores da sociedade, resolveu sustar o processo de liquidação extrajudicial e passar a uma administração compartilhada BACEN e três Estados, desde 14 de março de 1990. E a partir deste momento, o BRDE estaria apto a voltar a investir e seguir o seu caminho no desenvolvimento da Região Sul. No entanto, novo percalço surgiu, enquanto o BRDE honrava os seus compromissos com o BNDS, pagando em oito meses mais de 150 milhões de dólares, o BNDS passou a impor dificuldades para reabrir as linhas de crédito. Finalmente, em novembro de 1990, quando os esforços de toda a região e inclusive desta Casa, e nós fomos integrantes de uma Comissão que foi a Florianópolis discutir o problema do BRDE, esta Comissão de esforços de vários Parlamentares dos três Estados, surtiu algum efeito, e o BNDS acenava para uma definitiva solução. O Governador do Estado acabou colocando em cheque a credibilidade do BRDE, pedindo autorização para a sua liquidação ordinária.

Srs. Deputados, não sabemos ainda a extensão dos danos causados às negociações com esta atitude do Executivo paranaense.

No dia seguinte à notícia do pedido do Governador subimos a esta tribuna para lamentar o fato e propor a reflexão aos colegas desta Casa, os Parlamentares de Porto Alegre também se unirem a nós, protestando contra qualquer ato que intencionasse levar o BRDE à extinção.

Realmente, não sabemos, não podemos passar para a posteridade um atestado de incompetência, um atestado de omissão, num momento da história do País em que o Governo Federal procura reorganizar a máquina administrativa com a extinção de Ministérios, mas cria uma Secretaria Especial para o Desenvolvimento Regional, e a própria Constituição instituiu bancos de desenvolvimento regionais, nós estamos permitindo, Srs. Deputados, que se acabe com o nosso banco regional.

Será que só o Paraná está certo? Será que o Paraná não precisa juntar forças com ninguém? Somos nós tão fortes para nos defendermos sozinhos e não queremos a solidariedade dos irmãos catarinenses e dos irmãos gaúchos?

Será que não há nenhuma vontade de integração através de projetos de amplo alcance, em especial? Enquanto no mundo inteiro se fala em integração econômica dos países, a palavra CONESUL passou a ser vazia porque o Paraná se arroga no direito de ser diferente dos outros Estados.

Ora, Srs. Deputados, não podemos ser cúmplices com os que estão propondo a extinção do nosso banco regional. Os inimigos do Estado e da região têm que ser vencidos, não vamos ser coniventes com eles. Não vamos permitir que a nossa região perca o elo de união. Pelo contrário, vamos fortalecer ainda mais. É por isso que vieram aqui nos dar o prazer das suas presenças, companheiros Parlamentares gaúchos e catarinenses, a exemplo do que fizemos em Florianópolis, Santa Catarina.

Queremos uma reflexão mais profunda sobre o problema. Queremos uma discussão com técnicos, reunindo os técnicos do BRDE, do BADEP, do BANESTADO, da Secretaria da Administração, da Secretaria das Finanças do Estado, para discutirmos realmente o que é que se pode fazer, até que alguém convença, se é que poderá nos convencer de que realmente haverá o Paraná de ficar de fora desta situação toda.

Neste sentido, Senhor Presidente, já falando dentro do horário da Liderança do meu Partido, o PDT, eu estou encaminhando à Mesa um pedido de informações baseado em vários itens, um pedido de informações de oito laudas que eu espero que o Governo do Estado do Paraná me responda para que nós possamos repassar essas informações aos companheiros do BRDE e outras entidades interessadas no assunto. Nós queremos que

o Governo do Estado responda o mais depressa possível, e para que não corramos o risco de entrarmos no trâmite de 30 (trinta) dias aguardando uma resposta, vamos encaminhar um ofício deste Parlamentar à Comissão de Fiscalização da Assembléia e por esta Comissão o Governo do Estado terá cinco dias para dar a resposta a este pedido de informações. Não podemos esperar muito tempo, precisamos debater o BRDE, precisamos ir à exaustão, se for o caso, para tomarmos uma posição. Não queremos, repito mais uma vez, pelo menos aqueles Parlamentares interessados ao assunto, não querem passar um atestado de incompetência e de omissão. Se nos convencerem através de dados e informações que não há mais condições de sobrevivência do BRDE nos curvaremos a essas informações, a estas posições, caso contrário nós teremos, na verdade, de ir além para lutarmos no sentido de que o banco seja mantido. Entendemos nós que é importante a manutenção do Banco, este elo entre Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; é importante para o fortalecimento, principalmente. E é bom lembrar, quando o Governo que está aí, Presidente da República, é um Presidente do outro lado do País. Por isto, é preciso, mais do que nunca, o fortalecimento dos companheiros da Região Sul.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu solicito a interrupção da sessão, pelo tempo necessário.

Eu falarei no Grande Expediente, introduzindo a discussão do BRDE e solicito a interrupção pelo tempo necessário da sessão, para que o Deputado Federal eleito pelo Rio Grande do Sul e Deputado Líder da Bancada do PDT, na Assembléia do Rio Grande do Sul, Waldomiro Lima, que nos honra com a sua visita, dê à Casa as suas informações, subsídios sobre esta questão.

Então, portanto, eu uso a palavra, se assim permitir o Regimento Interno e a deliberação da Mesa, no Grande Expediente, por um breve tempo, só para introdução desse debate já bem exposto pelo Deputado Algaci Túlio, e em seguida solicito que se conceda a palavra ao ilustre Deputado visitante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, pela Ordem.

Vossa Excelência está acatando a interrupção da Sessão...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. A

sessão segue. Apenas falará o Deputado Rafael Greca e o Deputado representante do Rio Grande do Sul.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Com o devido respeito ao Deputado do Rio Grande do Sul, eu gostaria que mantivéssemos aquilo que sempre foi a norma desta Casa. Que nós andássemos com a Sessão normal da Assembléia, e que posteriormente se fizesse a questão do debate, até para propiciar que demais pessoas que eventualmente estejam neste Plenário, que queiram participar do debate, possam fazê-lo, porque senão nós temos apenas uma pessoa falando, sem a possibilidade de não-Parlamentares participarem do diálogo tão importante ao Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu encareço ao nobre Deputado, Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, que permita que o Deputado Waldomiro Lima fale já no período subsequente ao meu, por não mais do que dez minutos, porque o Sr. Deputado deve seguir em seguida para o Rio Grande do Sul, por motivo de horário de voo. Mas, há dois técnicos de alto nível do BRDE do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina e do BRDE local, que depois da sessão encerrada podem ficar para um debate com os técnicos do Estado, que vai esclarecer à Assembléia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, pela Ordem.

Eu respeito profundamente o colega do Rio Grande do Sul, mas um assunto dessa magnitude não tem tempo para se discutir. Nós queremos discutir com as pessoas, permitindo que todas as pessoas possam participar desse debate. E o Regimento Interno, evidentemente não vai permitir que nós, no meio de uma sessão, interrompamos essa sessão para tratar de um assunto estranho à pauta e voltarmos à sessão posteriormente.

Eu até sugiro que a Presidência, me parece, não tem nem que ... se for o caso, ponha em discussão as matérias, encerre as matérias em discussão, encerre a sessão o mais rápido possível, e que Vossa Excelência decline do Grande Expediente, e participe do debate, com todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca, no Grande Expediente.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Deputado Presidente da Assembléia, Anibal Khury, meus nobres Pares; Senhor Líder da Bancada do PMDB, Senhor Líder da Bancada do PPS, as duas bancadas que têm virtuais governa-

dores do Paraná entre as suas fileiras; Senhor Deputado Valdomiro Lima, Deputado Federal eleito pelo PDT do Rio Grande do Sul, representante da cidade do Rio Grande e Líder da bancada do nosso Partido na Assembléia; Senhor Dr. Geraldo Molina, Diretor de Investimento do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná; Senhor Dr. Fábio Carpis da Costa, Diretor de Planejamento e Relações com o Mercado do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; Senhora Lindamir Kesch, representante da Associação de funcionários do BRDE.

Na verdade, ao convidarmos o Deputado Valdomiro Lima, os técnicos do BRDE para virem a esta Assembléia, nós, os Deputados do PDT, entendemos que não se pode votar uma matéria de tão alta indagação, qual seja a da denúncia do convênio BRDE/ CODESUL. Matéria de tão alta indagação que a sua imediata denúncia pelo nosso Governador, em Mensagem a esta Assembléia, pressupõe o cancelamento de uma operação com o BNDS no valor de 37 (trinta e sete) milhões de BTNS para os próximos três meses, ou seja, dois bilhões e novecentos e sessenta milhões de cruzeiros, que viriam para o Paraná. Não se pode votar matéria similar no clima de um "ATLETIBA, dum "GRENAL", para usar categorias de pensamento do Sul, ou de um "FLAFLU". Nós precisamos votá-la informados e verdadeiramente informados e buscando o que é a razão de todos os Paramentos e de todos os governos, que é a elevada razão do bem comum, do bem estar do povo.

Não vai nenhuma questão de contestação de autoridade do Senhor Governador na discussão desta matéria da forma como eu a estou conduzindo ou como o Deputado Algaci Túlio a conduziu; vai antes o questionamento de se, em fim de governo, é tempo de se propor uma participação tão importante e que por tanto tempo tem materializado o progresso de importantes cooperativas, como a COAMO, por exemplo, e tantas outras cooperativas, aqui do Paraná, beneficiárias do BRDE. Vai ainda a indagação se nós temos que tratar como "FLAFLU" uma discussão que envolve o cancelamento de um instrumento estratégico que pode se transformar de banco regional num banco trinacional quando houver a integração do Cone Sul, um tema que tem frequentado, solicitado pelo Itamaraty, em todas as reuniões do Presidente da República com todos os chefes de Estado, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

Um Banco tão importante que moveu, no início do Governo Álvaro Dias, um convênio com o BADEP, com o BANESTADO para concessão de empréstimo a empreiteiras, indicadas pelo Governo do Paraná, nos valores indicados pelo Governo do Paraná, tendo por garantia de operações faturas do DER

que ainda não estão liquidadas. Um Banco tão importante que tem penetração na questão da cidade industrial de Curitiba, que tem penetração no desenvolvimento das cooperativas, que tem penetração na própria questão estratégica nacional geopolítica que nós definimos para o Sul, uma política de interesse dos três Estados do Sul.

Ora, direi, é um banco gaúcho e o seu centro de decisões tem sido o Rio Grande do Sul. Nem sempre podemos raciocinar assim. Não é posição deste Deputado qualquer ataque com relação ao BADEP, ao Banco de Desenvolvimento do Paraná, cujos quadros técnicos são da melhor qualidade e cuja história é muito ligada ao próprio desenvolvimento do Estado e da cidade que eu amo e defendo. Eu mesmo tenho amigos especiais ligados com a própria história do BADEP, que são a própria alma da instituição, como o ex-ministro da Fazenda Carlos Rischbieter ou o Dr. Paulo Ricardo dos Santos. No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa atitude de convidar o Senhor Deputado Valdomiro Lima para um esclarecimento a esta, dando a posição da Bancada do Rio Grande do Sul, e também de trazer um Deputado de Santa Catarina, e técnicos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, dos vários bancos de desenvolvimentos estaduais e do Banco de Desenvolvimento Regional, se prende à elevada idéia do bem comum.

Quando o homem, dentro de uma visão evolucionista da criação, começou a pensar, quando o homem desceu da árvore, deixou de ser macaco, ele se diferenciou dos animais.

De que forma? Eu pergunto à Assembléia.

Exatamente porque soube que sabia. O homem que já não andava de quatro, quando pela hipédia livrou a massa craniana do peso da carcaça, pôde olhar as suas próprias mãos trabalhando e soube que sabia. Foi esse instante da reflexão que criou o saber e que transformou o animal macaco no homem.

É exatamente o instante da reflexão, do nascimento do conhecimento, da criação da nova realidade e mesmo desafiando, quem sabe o monocórdio coro que as vezes alguns desejam se faça o príncipe que está em palácio por não muito tempo, qualquer que seja o resultado da eleição, eu convido a Assembléia, Deputados do Paraná, os Badepeanos que estão aqui, os funcionários do BRDE e a sociedade paranaense como um todo com o aval do clube de jornalistas políticos sediado nesta Casa a refletir esta questão da extinção da participação do Paraná, neste banco regional com elevado interesse público.

Não precisamos nós, sermos os primeiros a extinguir a nossa participação no

BRDE, só porque fomos os primeiros a entrar no acordo MEC-USAID e fazer o que o governo da revolução queria, quando liquidou com o sistema de ensino do Brasil.

O Paraná não precisa ser tão temeroso, talvez fruto das suas origens coloniais, de sair fazendo já o que o Governo Central decreta. Quem sabe nós convidamos o Governador do PRN, virtual Governador do PRN ou virtual Governador do PMDB a convidar o Banco Central a só pensar em extinguir BRDE, quando se extingua a dualidade entre os bancos estaduais da Amazônia e o Banco da Amazônia. Entre os Bancos Estaduais do Nordeste e o Banco do Nordeste. Entre os Bancos Estaduais do Nordeste e o Banco do Nordeste. Entre os Bancos Estaduais Centro-Oeste e o Banco do Centro-Oeste criado pela Constituição. O Sul do País rico, próspero, ameaçado de pobreza também se não for bem gerido deve e pode e precisa pensar no fomento do seu desenvolvimento e a questão do BRDE está intimamente ligada com esta idéia de uma alavanca de fomento e de desenvolvimento.

Assim sendo eu encareço ao Senhor Deputado Caíto Quintana, em se colocando em votação a concessão da palavra ao Deputado Valdomiro Lima, permita que ele fale ainda antes do debate que nós pretendemos longo e profícuo no final desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós vamos permitir a palavra ao Deputado Valdomiro Lima e após a realização das votações nós permitiremos o debate.

Com a palavra o nobre Líder do PDT do Rio Grande do Sul, Deputado Valdomiro Lima.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Ilustre Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, Senhores Funcionários do BRDE que aqui estão e alguns me acompanham desde o Rio Grande do Sul, Senhores funcionários de outras instituições, como BADEP, que aqui estão também, Senhoras e Senhores.

Ao virmos hoje aqui nesta Casa, o que nos move é a intenção de colocar para os Senhores a posição do Rio Grande do Sul, da Bancada do PDT e diria mais, não apenas da Bancada do PDT, mas da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com referência ao "affaire" BRDE. Trago a posição da Assembléia do Rio Grande do Sul.

Não nos move neste momento nenhuma intenção de interferir ou até de tentar influir na soberana decisão que os Senhores deverão tomar com relação a questão BRDE.

Logo que eclodiu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa questão no ano passado, nós, em seguida, estranhamos uma série de casualidades que ocorriam.

Ora, nós sabemos que há assim uma

febre em todo o mundo de privatizações. Nós sabemos as origens dessa febre de privatizações que de repente chega aqui no Brasil, já um pouco atrasada, mas chega aqui também. Essa febre originou-se com o choque do petróleo. De lá da Europa, daqueles Bancos europeus onde estão depositados milhões e bilhões de dólares, quantias incalculáveis e esses Bancos precisam fazer boas aplicações pois os proprietários desse mar de dólares estão exigindo deles boas aplicações pois estas não tem sido até hoje muito boas em termos de aplicar em países subdesenvolvidos, as aplicações não tem dado a melhor rentabilidade. Fruto disso procuraram então, esses donos de capital do mundo, procuraram investir diretamente em empresas de alto rendimento no mundo inteiro. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, empresas altamente rentáveis privadas não estão à venda no mundo inteiro. Agora, empresas altamente rentáveis à venda, onde se poderia encontrar? Talvez empresas estatais altamente rentáveis em países em que Governos talvez possam ser influenciados a de repente vender essas empresas altamente rentáveis para que os detentores do mar de dólares depositados nos Bancos europeus, especialmente, possam fazer investimentos muito bons, muito rentáveis.

Paralelamente a isto sabíamos também que o Governador brasileiro estava negociando com o Banco Mundial quinhentos milhões de dólares que deveriam entrar no Brasil para implementar a reforma bancária. E o Banco Mundial exigia do Governo brasileiro um sinal de saneamento dos Bancos estatais. Nessa mesma ocasião, casualmente, o Governo brasileiro, o BACEN - o Banco Central determinava a liquidação do BRDE. Estranhas coincidências.

Estranhas coincidências. De repente tínhamos uma situação muito "sui generis" no nosso BRDE, no nosso querido BRDE, pelo qual passaram todos os grandes projetos de industrialização da região sul, todos os grandes projetos de desenvolvimento, de fomento das nossas agroindústrias, das cooperativas deste Estado do Paraná, do cooperativismo no Estado do Paraná. Pois de repente esse Banco estava ameaçado de liquidação. E por quê? Numa situação muito original, acredito inclusive na história mundial do sistema financeiro nós estávamos assistindo, Senhores Deputados, à punição, à punição do credor e à premiação dos devedores, porque na realidade os devedores do BRDE eram os seus próprios proprietários, os seus próprios donos, os Governos dos Estados que o compõem. Isto nos preocupou demais porque sabemos e conhecemos Senhor Presidente, Senhores Deputados, da importância do BRDE como instituição financeira, como instituição de fo-

mento. E não poderíamos admitir que semelhante absurdo pudesse ocorrer de uma instituição financeira ser punida por ser credora e os seus devedores serem beneficiados, ganhando longo e longo prazo para rolar as suas dívidas.

Se remontarmos à história, à origem da fundação do BRDE, nós vamos ver que o BRDE, fundado em 1961, teve uma alavanca de impulso, os problemas que a Região Sul enfrentava com relação ao eixo Rio-São Paulo. A Região Sul era um centro consumidor e o eixo Rio-São Paulo um centro produtor, manufatureiro e industrializador.

E era preciso que reagíssemos, e os Governos desses três Estados, de forma sábia, procuraram uma solução: um banco de fomento, um banco de desenvolvimento que tivesse condições de captar recursos aqui e fora do País, para propiciar o desenvolvimento industrial de indústrias de 2.^a geração, de 2.^a geração nesta região, e isso foi feito. E aí inclusive foi pensado um banco com características especiais para que pudesse em termos de fomento emprestar dinheiro a juros subsidiados, e daí porque esse banco surgir como uma autarquia e, como tal, está isenta de Imposto de Renda, que são 35% sobre seu lucro líquido, está isento de IOF, está isento de várias outras taxas, e estas invenções não acabarão não. É preciso que se deixe muito claro neste momento, porque para acabar para o BRDE teria que acabar para todas as autarquias em todo o País, e para todo o sistema de governo no País inteiro isso é impossível porque teria que se modificar toda a legislação.

Então, de repente nós perguntamos: será que as causas que originaram a criação do BRDE, causas essas comuns aos três Estados, ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina e ao Paraná, cessaram? Será que hoje nós não temos que continuar armados contra o eixo Rio São Paulo que evidentemente não terá nenhuma pena de nós, do nosso desenvolvimento, do nosso aperfeiçoamento tecnológico? Será que cessaram todas as causas que nos obrigam, nos fazem com que nós devamos continuar unidos para poder enfrentar esse processo dentro de um País tão grande como o nosso, que tem caracteres continentais e fazem com que suas regiões disputem entre si mercados não só internos como externos também? Será que isso tudo cessou? Será que não precisamos mais do BRDE?

Olha, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Rio Grande do Sul nós decidimos que nós precisamos do BADESUL, e precisamos do BRDE.

Não podemos abrir mão de nenhum dos dois. O Doutor Alceu Collares, que é o candidato a Governador que deve se eleger - não queremos aqui nos exhibir, mas pelas

pesquisas está disparado na frente, autorizou-me a dizer e representá-lo neste momento que no seu Governo não se fechará nem BADESUL, e nem BRDE porque precisamos dos dois para prover o desenvolvimento da Região Sul.

Eu gostaria de dizer mais ainda aos Senhores. Eu presidia a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e ia com uma comissão numerosa ao Presidente da República que, na ocasião, era o General Figueiredo. Íamos ao Presidente com uma missão de conseguir resolver alguns problemas da construção civil lá do Rio Grande do Sul. E para isso, estávamos reivindicando uma participação melhor no FINSOCIAL, enfim, sugerindo uma série de medidas para resolver o problema da crise da construção civil.

Quando nós entrávamos no gabinete do Senhor Presidente General Figueiredo, saía uma verdadeira leva de Prefeitos, Governadores, Deputados do Norte e Nordeste que estavam lá dentro do gabinete do General Figueiredo. Ao iniciarmos a audiência com o General Figueiredo e colocarmos as nossas posições ele nos dizia: "Pois é. Vocês viram esse pessoal que saiu daqui do meu gabinete antes de vocês entrarem? Saíram daqui Prefeitos, Deputados, Governadores, todos juntos, de todos os Estados do Norte e Nordeste e estão querendo 70% do FINSOCIAL do País". A união dessa gente, dizia o General Figueiredo, é impressionante. Agora, vocês do Sul não são unidos ao ponto até de o Governador puxar para um lado, Senador puxar para o outro. Um Estado do Sul puxa para um lado e outro puxa para o outro. Atirava-nos no rosto isso aí, o General Figueiredo.

E é verdade. A gente tem que concluir que é verdade. Hoje nós estamos aqui fazendo um apelo aos nossos irmãos do Paraná, para que marchemos unidos. Unidos. Não vim discutir o mérito da questão do BRDE, da questão da Mensagem do Governador Álvaro Dias, em hipótese alguma. Isso é problema dos Senhores e nós não cometeremos a indelicadeza de nos meter nesse assunto. Vimos aqui fazer um apelo e tão simplesmente um apelo, para que nos unamos. As comunidades no mundo estão se unindo: o Mercado Comum europeu é uma realidade. A integração do Cone Sul é uma realidade. Receios nós temos lá no Rio Grande do Sul da competitividade nos produtos da agroindústria, por exemplo, em que reconhecemos que produtos da Argentina são melhores que os nossos. Nós vamos ter que melhorar a tecnologia, a produtividade das nossas videiras, do nosso vinho, a técnica, a qualidade. Nós vamos ter que melhorar, senão nós vamos perder para eles e nós precisamos do BRDE, nós precisamos dos técnicos do BRDE que fizeram os grandes projetos

para esses três Estados. Nós precisamos deles e não podemos permitir que todo esse corpo extraordinário de técnicos perca-se numa demolição inexplicável, pois a verdade é a seguinte: hoje o BRDE está saneado, hoje o BRDE tem condições de caminhar por suas próprias pernas. Essa é uma afirmação que eu aqui faço e eu ouvi o orador que me antecedeu, o Deputado Rafael e o Deputado Algaci Túlio, Vice-Prefeito, falando de uma comissão. Eu acho isso ótimo. Uma comissão que estude a fundo o problema, para que realmente questões como essa não tomem aspectos emocionais.

São da maior importância e precisa ser resolvido à luz de fatos, à luz da seriedade que caracteriza os Senhores aqui do Paraná indiscutivelmente e que caracteriza toda a região Sul. Então não podemos discutir assuntos desses de forma emocional e especialmente em vésperas de eleições, me parece ainda mais inoportuno, em que os ânimos indiscutivelmente estão exaltados e as emoções incontroláveis.

Por isso eu aqui repito: as informações que tenho e a análise que fizemos e eu presido a Comissão Especial na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que estuda a questão BRDE e a análise que fizemos.

O BRDE está saneado, não tem mais problema nenhum. Está pronto, está funcionando, não está dando prejuízo nenhum, não está recebendo recursos de nenhum dos Governos dos três Estados. Então por que fechar o BRDE? Por quê? Estranho que se procure fechar o BRDE. Só se as questões remontam ao início do meu discurso, quando falava nos compromissos, nos acordos internacionais, na questão das privatizações, nos interesses dos grandes grupos. Deve passar por aí... Em termos de macroeconomia mundial, meus amigos, meus irmãos do Paraná, acho que passa por aí.

Portanto, ao concluir, tenho uma série de dados os quais não quero utilizar, porque estão aqui técnicos do BRDE que, indiscutivelmente, com mais propriedade, poderão discutir posteriormente com os Senhores numa reunião informal estas questões que acabo aqui de colocar, da viabilidade do saneamento do BRDE e que não justifica, em hipótese alguma, esta idéia de liquidação deste banco. Mas eu falava, e quero concluir por aí, na questão do Cone Sul, que é hoje uma realidade que não podemos mais evitar, mesmo que fira alguns interesses regionais. A humanidade caminha para isto e não podemos evitar. Lá no Rio Grande do Sul, o nosso candidato a Governador, praticamente eleito, pensa não em reduzir o BRDE, como já disse, pensa sim em que o BRDE deve aumentar a sua participação na economia da Região Sul e para o Cone Sul.

Em assim pensando, se pensa hoje que este banco se estenda pelo Cone Sul, que seja como falou o Deputado Rafael Greca, um banco quem sabe trinacional.

Deixo como último pensamento para os Senhores, registrando também finalmente o meu prazer enorme em estar aqui nesta Assembléia Legislativa do Paraná, comungando alguns momentos agradáveis com os Senhores, deixo aqui este pensamento final, não vamos reduzir o BRDE. Não vamos tentar diminuir este banco extraordinário ao qual tanto devemos. Não vamos fazer o jogo dos interesses corporativistas internacionais. Não vamos fazer o jogo daqueles que estão querendo transformar em apenas um mercado consumidor dos produtos do centro do País, das grandes indústrias do eixo Rio-São Paulo. Não vamos permitir que nada disso aconteça. Pelo contrário! Vamos ajudar este banco! Vamos fazer com que este banco cresça mais! Vamos fazer com que o BADEP cresça mais! Vamos fazer com que o BADESUL, o BADESC cresçam também juntos, porque temos aí o Cone Sul todo que vai precisar destes bancos. Vamos ter portanto um BRDE muito maior, um BRDE trinacional.

Meus amigos, meus irmãos do Paraná, muito obrigado pela enorme gentileza de vocês em receber este irmão gaúcho, em abrir a sessão para que pudesse transmitir o que me vai na alma, o que me vai no coração. Estejam certos os Senhores, é o pensamento de toda a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É o pensamento do futuro Governador do Rio Grande do Sul, Doutor Alceu Colares. É o pensamento do povo gaúcho. Pensem muito nisto.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do nobre Deputado Waldomiro Lima, Líder da Bancada do PDT da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(Declina).

PDC. (Declina).

PL. (Declina).

PDS. (Declina).

PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

PTB. (Declina).

PDT. (Declina).

PSDB. (Declina).

PMDB. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, quando pedia a Vossa Excelência para que promovêssemos esta discussão no término da sessão, para permitir a participação

total dos presentes, sem a necessidade de cumprimento do Regimento Interno da Casa, foi exatamente para que pudéssemos discutir, com o nobre Parlamentar do Rio Grande do Sul, a respeito da questão que hoje tramita na Assembléia Legislativa, a respeito de uma Mensagem saída do Paraná do BRDE.

Lembra esta Casa que desta tribuna defendi a permanência e o fortalecimento do BRDE já no ano passado, e de lá para cá a situação de crise do BRDE continua a mesma. E refuto - se é que entendi bem - as colocações do nobre Parlamentar gaúcho quanto a interesses internacionais, espero que não seja, a deselegância de colocar da tribuna do nosso Estado o pensamento de que possa, talvez, estar movendo o Governo do Estado do Paraná a defesa de qualquer tipo de interesse que não o do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, se nós pudermos, através de um debate, interpretar a necessidade, a viabilidade da continuidade do BRDE, este Parlamentar estará ao lado desta defesa. Se a luta pela continuidade do BRDE implicar quebra da dualidade de bancos regionais e de desenvolvimento, e tivermos que quebrar o BA-DEP, tenham certeza Vossas Excelências, lutaremos com todas as forças para que permaneça o BADEP mesmo que corresponda a saída do Paraná do BRDE.

Se analisarmos a Mensagem que está na Assembléia, não tenha dúvida alguma de que o Governo do Estado do Paraná não está propondo a extinção do BRDE, e nem competência sequer tem para fazê-lo. O Governo do Paraná está pedindo, por uma Mensagem, a saída do Paraná do BRDE.

Se é bom para o Rio Grande do Sul, ótimo! Cumpram-se os preceitos da Assembléia do Rio Grande do Sul! Permaneça o BRDE! Não estamos extinguindo o BRDE, não estamos propondo a extinção do BRDE. Estamos falando da saída do Estado do Paraná do BRDE. Por quê? Porque este Estado tem consciência daquilo que fez quando do protocolo dos Governadores do Sul, no levantamento da liquidação extrajudicial do BRDE há um ano atrás. E compromissos do Estado. Sabemos que aos compromissos do Estado não adianta o discurso fácil. A luta pela continuidade, não vamos deixar terminar. Quem não deixa terminar, tem que pôr dinheiro no caixa e honrar os compromissos. E um dos compromissos escritos aqui é de que se termine a dualidade de Bancos de Desenvolvimento. Outro compromisso: se quitem as dívidas do BRDE para com as diversas instituições. E nestas dívidas, e aí chamo a importância para o debate desta Assembléia do Estado do Paraná, pensando no Paraná neste instante, porque as dívidas no dia 07.03.89, do Estado do

Rio Grande do Sul, eram de 310 milhões, 857 mil cruzeiros. E o Paraná, em solidariedade aos Estados do Sul, assumiu um compromisso de 72 milhões de cruzados. Os próprios irmãos de Santa Catarina...

(É-lhe tirado o som)

Para concluir, Senhor Presidente.

E os próprios irmãos de Santa Catarina têm um compromisso de 250 milhões. Ao Paraná, ao nosso Banco de Desenvolvimento, não interessa o risco fatal - e chamo atenção a esta Casa porque devemos discutir, mas discutir com serenidade, porque o prazo fatal é no dia 14.03.91. Até lá pelo compromisso assumido pelos Governos de Estado, quando da então liquidação extrajudicial do BRDE até o dia 14 de março de 91. Portanto, considerando que a Assembléia Legislativa entra em recesso no dia 15 de dezembro, e que só retorno em 1º de março, até 14 de março nós temos que estar com a situação concluída, se não nós estaremos dando condições para liquidação extrajudicial do BRDE, e aí com o vencimento antecipado dos compromissos firmados por quinze anos para pagamento, com uma carência de dezoito meses.

Esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vai pensar com coragem, com toda a isenção na questão do BRDE, mas não vai a título do pronunciamento do companheiro do Rio Grande do Sul, que aliás é onde está a sede do BRDE, que aliás é onde tem as maiores operações do BRDE por interesse exclusivo do Estado, não vai ceder à possibilidade da extinção do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, que esse, com as nossas tradições, com as nossas necessidades com o desenvolvimento do nosso Estado tem compromisso, ao passo que o BRDE não tem vinculação nem com o Governo Federal e nem com os Governos Estaduais e é uma autarquia e todos nós sabemos a nefasta posição que levou esse País as autarquias por falta de controle dos Estados e do Governo Federal, tendo se transformado em determinados instantes em organizações que não corresponderam o objetivo para o qual foi formado.

Não estou aqui defendendo oposição de extinção do BRDE, estou aqui para ouvir a discussão e gostaria que o Parlamento gaúcho que aqui esteve, participasse da discussão, para nos responder uma série de questionamento, por que acima dos interesses do Rio Grande do Sul, centralizados na questão da permanência do BRDE existe um interesse muito maior daqueles que nos colocaram neste Parlamento, que é a defesa intransigente dos interesses do Paraná, que não pode ser prejudicado na dualidade de Bancos, até porque esta Assembléia Legislativa desse Estado, na Constituinte Estadual, quando naquela época já em liquidação extrajudicial, o BRDE, teve a

preocupação com os trabalhadores, com os empregados do BRDE, garantindo na Constituição de que eles seriam absorvidos pelo Banco correspondente do nosso Estado, de tal sorte que não nos preocupa o problema social, não nos preocupa o problema político, nos preocupa o interesse maior do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Eu tenho em mãos aqui um documento, elaborado pelo Conselho dos representantes dos empregados do BADEP. Este documento contém uma série de assertivas e de perguntas. E já que a discussão é no interesse do País e do Estado, nós precisamos aprofundar esta questão para que as coisas fiquem bem mais claras, dentro do contexto de que Vossa Excelência acabou de pronunciar, qual é o interesse do Paraná? Não interesse de funcionários de Instituições A, B ou C; mas qual o interesse do Estado.

Diz o documento: "que o BRDE transformou-se numa instituição gaúcha", a matriz do BRDE é no Rio Grande do Sul. Quando da mobilização política para sediar o Polo Petroquímico em meados da década de 70, o BRDE defendeu a localização no Rio Grande do Sul, e o BRDE do Paraná omitiu-se. Resultado, diz o documento, o Polo Petroquímico está no Rio Grande do Sul.

Segundo notícias veiculadas na imprensa, o Governo do Paraná assumiu sem dever setenta e dois milhões de dólares para que o BRDE pudesse ser reativado.

Quem foram, afinal, os grandes causadores da liquidação do BRDE? Foi o Paraná? Qual a segurança que o Paraná tem de que futuramente o causador da dificuldade do BRDE, ou causadores, não voltem a explorar a instituição, em seu benefício?

O BRDE, ao longo de seus trinta anos de existência, não implementou um único projeto de integração regional. O que o BRDE fez, até hoje, como Banco Regional de Desenvolvimento? Pergunta o documento.

Por que após criado o BRDE, os três Estados: Paraná, Santa Catarina e o próprio Rio Grande do Sul, implantaram em momentos distintos, os seus próprios bancos de desenvolvimento?

Quer dizer, Deputado Caíto Quintana, ou este Parlamento aprofunda esta discussão, para levantar os interesses do Estado do Paraná e não entra nos "lobbys" montados, inclusive, para continuar o Banco usufruindo de benefícios de nosso Estado, para atender benefícios de outros Estados. E aí é que nós temos que aprofundar esta discussão.

"O BRDE, na condição de instrumento público de política econômica, deveria estar subordinado ao Governo Federal ou Es-

tadual.

O BRDE não se subordina à União Federal, que seria lógico, se de fato fosse um órgão de integração regional. E tampouco suas agências estaduais possuem autonomia política e operacional.

Considerando-se que o atual estágio de desenvolvimento da Região Sul, induz a uma natural competitividade entre os três Estados, como se posicionarão as agências estaduais do BRDE, politicamente, quando existir algum conflito de interesses."

Termina o documento, dizendo que: "Há vinte meses sem operar, e com um quadro de pessoal com mais de oitocentos funcionários, estima-se que foram desembolsados, neste período, com folhas de pagamento", já estou concluindo, "mais de quatro bilhões de cruzeiros. Trinta e dois milhões de dólares. Este é o custo que o BRDE vem representando para a sociedade."

Este documento, do Conselho de Representantes dos Empregados do BADEP, é um documento que traz perguntas que precisam ser respondidas, para que nós, aqui, possamos decidir com justiça.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Furiatti, apenas à guisa, eu quero acrescentar uma pergunta a mais: se os nobres Parlamentares gaúchos defenderiam, no Rio Grande do Sul, a transferência da sede, caso continue a existência do BRDE, a transferência da sede do BRDE para o Estado do Paraná.

Porque, indiscutivelmente, na história do BRDE, continue ou não, o Estado do Paraná tem sido o grande sacrificado. Entrou com ônus e pouco recebeu. E nós temos que pensar neste documento, firmado pelos governos, não importa quais, firmaram em nome do Estado, de um compromisso assumido para a liquidação extrajudicial do BADEP, do BRDE.

E se, eventualmente, os compromissos não foram cumpridos, e um deles era a não existência de dualidade, nós não podemos, à guisa de nenhum interesse, de qualquer outro Estado, mesmo que seja do meu Estado de origem, que é o Rio Grande do Sul, permitir que no dia 14 de março de 1991, quando eventualmente seja liquidado extrajudicialmente o BRDE, ou que nós tenhamos, para satisfazer interesse de outros, liquidarmos o BADEP, que é o nosso Banco, presente no nosso desenvolvimento.

Porque disse muito bem Vossa Excelência, em termos de programas, de financiamentos regionais, não existe nada. Existem alguns financiamentos localizados em Estados, mas de desenvolvimento dos Estados do Sul, regionais, nós não vemos nada.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, vamos aumentar esta discussão, sim. E eu sugiro que nós convoquemos,

também, para esta discussão, nos próximos debates, os presidentes paranaenses que já passaram pelo BRDE: Túlio Vargas, Evaldo Vitta, Carlos Antônio de Almeida Ferreira e Waldemar Alegretti. São testemunhos importantes para uma discussão, para nós podermos entender o que representa, o que representou, o que é e o que será a continuidade do BRDE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Senhores Deputados:

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/89, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transportes Marítimo de Veículos (Ferry-Boat), na Baía de Guaratuba. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 352/89. - Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, me parece que há um pedido de preferência de votação, na Mesa, para as matérias de suplementação que estão na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não acusa recebimento deste requerimento e também alerta que para os projetos em votação há preferência natural de votação.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 360/90, de autoria dos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

372/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que cria o município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica "ad-referendum" do resultado do plebiscito. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 175/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede a Senhora Dea Amaral, viúva do ex-Prefeito do município de Campo Mourão, Horácio Amaral, uma pensão mensal no valor de dois salários mínimos de referência. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 269/90, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que cria "ad-referendum" do plebiscito o município de Nova Esperança, desmembrado do município de Pérola, com as divisas e confrontações que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 365/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR e dá outras providências. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 523/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 529/90, de autoria dos Deputados Tadeu Lúcio Machado e Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico José Cardoso Azevedo. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 534/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Miguel Nasser Filho. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 112/90, de autoria da Comissão Geral (ex-Proposição n° 138/90), que autoriza o Poder Executivo através do PTCF, alienar a Antônio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel que especifica, na

Colônia Boa Ventura, no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 159/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita a Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, área de terreno, conforme especifica. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 482/90, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dispõe sobre os vencimentos dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. (Em anexo Projeto de Lei n° 550/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, no mesmo sentido). (Aprovado, artigo por artigo).

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 504/90, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Barracão - PR. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 530/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Jardim São Benedito, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 124/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 15/90 - ex-Proposição n° 12/90), que ratifica o convênio celebrado em 28/12/90, em Brasília - DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linha de eletrificação rural nos municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo).

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 125/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 18/90 - ex-Proposição n° 15/90), que ratifica o convênio celebrado em 16/01/90, entre o Estado do Paraná, e o município de Londrina e a Universidade Es-

tadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 126/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 19/90 - ex-Proposição n° 16/90), que ratifica o Termo de Revigoração do Convênio celebrado em 25/05/90 entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando o apoio do Estado na realização do "I Simpósio Internacional Positivismo x Humanismo", aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 127/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 29/90 - ex-Proposição n° 29/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 128/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 93/90 - ex-Proposição n° 57/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICIA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos". Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 129/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 88/90 - ex-Proposição n° 88/90), que ratifica o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento e a SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 130/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 100 - ex-Proposição n° 62/90),

que ratifica os Convênios celebrados em 29/01/90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/89, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mães - CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 172/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede e foro no município de Curitiba. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 391/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o porte de arma aos Oficiais de Justiça e dá outras providências. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 30/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 35/90), que ratifica os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios relacionados, objetivando proporcionar e manter condições de implementação de trechos de estradas existentes e a serem construídos, na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 32/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 37/90), que ratifica os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da SUREHMA e da SANEPAR, com os municípios que especificam, objetivando a implantação de sistema de abastecimento de água no meio rural. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 33/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 37/90), que ratifica os convênios entre o Estado do Paraná, através da SUREHMA e da SANEPAR, e os municípios que especificam, objetivando a implantação de sistema de abastecimento de água no meio rural. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 38/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 48/90), que ratifica o Termo de Acordo celebrado em 11 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná (CIEE), objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio profissionalizante. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 39/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 49/90), que ratifica o Termo de Acordo celebrado em 11 de janeiro de 1990, entre a Casa Civil e a Fundação de Ação Social do Paraná (FASPAR), objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 40/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 52/90), que ratifica os convênios entre o Estado do Paraná, nas datas especificadas, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os municípios que especificam, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas, na forma do Programa Paraná Rural. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 41/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 51/90), que ratifica os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de Astorga, Pozo do Iguaçu, Missal e Toledo, objetivando a manutenção e reparos dos veículos, instalações e equipamentos das Polícias Civil e Militar nos respectivos municípios. Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 46/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 73/90), que ratifica o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica (MAE), visando a promoção de atividades de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90" no litoral paranaense, e ao termo aditivo de 09.02.90. Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 470/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 164/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 (oitocentos e trinta e três

milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º grau no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 494/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 173/90), que aprova Créditos Suplementares aos vigentes Orçamentos Próprios de Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 498/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 169/90), que aprovam os créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 9173 de 27/12/89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 (Três bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento às Programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública do Paraná.

Tem Emenda Substitutiva Geral de Plenário, que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cândido Bastos) - passa a ler a Emenda Substitutiva Geral, de Plenário ao Projeto de Lei 498/90.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 498/90

Art. 1º - Ficam aprovados créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, Lei n° 9173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 1.991.000.000,00 (Um bilhão, novecentos e noventa e um milhões de cruzeiros), conforme especificação a seguir:

3300 - Secretaria de Estado da Educação
3302 - Gabinete do Secretário
2123 - Apoio a Demanda Escolar Municipal

3223.00	00	191.000.000,00
3223.00	01	1.800.000.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito suplementar aberto no art. 1º, desta lei, ficam indicados em igual montante, os seguintes recursos:

I - provenientes do excesso de arrecadação nos termos do art. 42 § 1º, inciso II e § 3º de lei n° 4320 de 17 de março de 1964. 1.991.000.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti e Her-
mas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência da necessidade de exame mais aprofundado da matéria em tela, consideramos oportuno destacar da proposta governamental, o crédito suplementar referente ao pagamento do pessoal conveniado dos municípios.

Neste sentido apresentamos esta Emenda Substitutiva Geral, para o qual contamos com a aprovação dos nobres Pares.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, estranho a justificativa do substitutivo geral, em razão de que esta Assembléia Legislativa durante dez ou doze dias não deu quórum para votação das Mensagens de suplementação, exatamente alegando a necessidade de um estudo mais aprofundado; na sequência o autor do substitutivo não satisfeito com o tempo entrou na justiça e conseguiu uma liminar para suspender a votação, na Assembléia Legislativa das Mensagens de Suplementação, passou-se mais doze dias até que essa Mensagem viesse ao Plenário para votar. E nesse instante o substitutivo geral traz como justificativa a necessidade de um estudo mais aprofundado. Parece-me, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que nós estamos apenas votando créditos suplementares para poder dar suporte à continuidade de uma obra de suma importância ao Estado do Paraná, que é a construção da Usina de Segredo. O cronograma de obras não pára, a necessidade de cumprimento, tanto por parte das firmas quanto por parte do Poder Público, uma na execução, outra no pagamento, ele faz parte de um contrato e o Estado do Paraná, pela vontade, me perdoe a ausência, pela vontade exclusiva do Deputado Ferrari Júnior, que após conseguir liminar na justiça não apareceu uma única vez no plenário desta Casa até hoje e justifica pela necessidade de aprofundar a discussão. Pediria aos nobres companheiros, com os quais nos reunimos, tanto da bancada do PMDB quanto das demais bancadas, e exaustivamente discutimos a questão da votação dessas suplementações, que rejeitássemos o substitutivo geral votando no Projeto original para darmos continuidade aos trabalhos de votação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É por isso que existe verificação de votação.

Vai se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não precisa nem contagem, já dá para declarar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência acha que não devo contar?

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu acho que não!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, eu vou atender a Vossa Excelência.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está rejeitada a emenda.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de ver a votação dos favoráveis se deu vinte e oito.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Matéria vencida, nobre instrumento de empreiteiros, matéria vencida.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Vossa Excelência pediu votação, então nós temos que saber o resultado, nós só vimos o voto contra, nós queremos ver o voto a favor. E instrumento de empreiteiro são aqueles que necessitam aprovar uma emenda para aprovar uma obra que são executados por empreiteiros, ou que têm que defender outros interesses de acordo, Vossa Excelência tem que ter respeito em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto irá à 3.^a discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Ainda dentro do assunto da votação anterior eu quero deixar bem claro aqui na posição, de que é preciso que esta Casa, e ela deu uma demonstração aqui, agora, neste momento, que emendas e substitutivo geral feitos em cima da hora sem uma discussão com as demais bancadas não podem mais ser objeto de se jogar no Plenário em cima da hora. Nós vamos respeitar a situação, a bancada do PDT respeita a posição que existe com determinadas Prefeituras e mesmo até com o Governo do Estado, mas não admite mais esse tipo. É preciso que no próximo ano posições se modifiquem na Assembléia, porque senão vamos continuar num processo viciado, de

que tudo aqui se vota em cima da hora, no afogadilho, sem uma discussão. É por isso que nós propomos inclusive uma discussão mais aprofundada com relação ao BRDE, ao BADEP, é nesse sentido que nós queremos uma discussão, por isso não podemos nos submeter ao capricho político de um Deputado que nem sequer está no plenário. E eu proponho mais, Senhor Presidente, a partir do ano que vem, modificar no regimento da Casa que Deputado que tiver projeto na Ordem do Dia e não estiver aqui no plenário para defender o seu Projeto nós não vamos dar quórum enquanto ele está lá fora fazendo política.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 536/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que cria o Programa Estadual de Transporte Escolar conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 128, de 29.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 473/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o município de Palmitópolis, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 104 de 04.09.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.^o 72/90 de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação ao artigo n.^o 39 do Regimento Interno, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 70 de 12.06.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n.^{os} 2570, 2569 e 2570, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.^o 2563, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.^{os} 2584, 2545 e 2560, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.^{os} 2525 e 2526, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.^o 2585, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.^{os} 2519 e 2566, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão

anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2528, de autoria dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2567 e 2524, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2577, 2588 e 2589, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2592, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior.- Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2521, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2615, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602 e 2603, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2523, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior.- Encaminhe-se à Comissão Executiva, através do Senhor Presidente, para parecer.

Requerimentos de n°s 2549, 2550, 2551, 2552 e 2553, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2612, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2616, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2520, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior.- Encaminhe-se à Comissão Executiva, através do Senhor 1° Secretário.

Requerimento de n° 2595, de autoria do

Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2542, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2575, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2617, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2540, 2573 e 2574, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2536, 2537, 2538, 2546, 2558 e 2565, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2604, 2605, 2607, 2608, 2609, 2610, 2614 e 2619, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2530, 2531, 2532 e 2533, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2593, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 2578, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 2504, de autoria do Senhor Deputado, Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 453, 470, 482, 494, 498, 504 e 530/90,

e dos Projetos de Resolução ns. 124/90, 125, 126, 127, 128, 129 e 130/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s.

384/89, 172, 360, 372, 391, 473 e 536/90.

e do Projeto de Resolução n. 72/90.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 329/85,

do Projeto de Lei n. 565/90.

e dos Projetos de Resolução n. 131, 132 e 133, 134, 135, 136 e 137/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições ns. 34, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 63 e 64/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1990.

"Alberto Franco Ferreira da Costa"

Benedito Felipe Rauen

A notícia veio fulminante, com a surpresa que muitas vezes precede à morte inevitável: morreu nosso amigo Alberto Franco Ferreira da Costa no dia 08.11.90. De surpresa, traído pela moléstia cardíaca um homem de bom coração. Sempre pronto a ajudar o próximo. Um bom cristão, antigo congregado mariano na Congregação Mariana da Catedral, que juntos freqüentamos, na fase universitária inclusive.

Formou-se em Odontologia, mas sua vocação era a de engenheiro e o foi competente, abalizado: com seu digno irmão Lysímaco, fizeram a auto-estrada, a que nos leva em pista dupla à antiga cidade de Paranaguá, onde temos o Santuário de N. Senhora do Rocio, a padroeira do Paraná, milogrosa e muito visitada.

Conheci-o nos idos do Internato Paranaense, onde foi nosso professor o grande paranaense Lysímaco Ferreira da Costa, que nos legou uma geração de homens de bem; biografado pela sua ilustre filha Maria José, que põe diante das gerações, futuras a exemplar dimensão de um dos mais ilustres paranaenses (in Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná, 1987).

- Conheci Alberto na adolescência, usávamos o uniforme cáqui dos alunos da época, que estudavam de fato, excelentes professores, entre os quais os beneméritos padres da Congregação da Missão ou Lazaristas, filhos do grande S. Vicente de Paulo, dirigentes sábios do Colégio Internato Paranaense.

No recreio eu e Alberto sempre conversávamos, jogávamos futebol, ele sempre aberto e franco até no honrado nome.

Sua formação na Igreja Doméstica e no

saudoso e excelente colégio, humanística, cristã, serviram de embasamento à brilhante carreira. Bom político, analisava com discernimento a situação político-econômica do Brasil, que muito amava. Sempre paranaista.

Um homem de caráter. Corajoso. Sua franqueza o levava a dizer o que tinha a falar pela frente. Granjeou muitos amigos.

O mais importante, porém, é que se não me descuidou da vida espiritual, exemplo para os filhos e netos, que tanto choraram no enterro.

Ele sabia da advertência amiga de Jesus: Ficai preparados, ninguém sabe o dia nem a hora. A morte vem de repente, quando menos se espera ... Que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se perder sua alma? Rezava, comungava, fazia caridade. E nós, na sala de espera, imitemos, ouçamos S. Mateus, 25.1.13. "fiquem vigiando, pois vocês não sabem qual será o dia nem a hora".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1990.

"O Desafio da Alfabetização"

O desafio de ampliar a educação, começando pelo ataque ao analfabetismo, chegou à nossa tradicional Universidade Federal do Paraná. Com efeito, o programa educacional contra o analfabetismo, lançado pelo governo federal em setembro, como prioridade básica do MEC, passa a mobilizar corações e mentes. Os brasileiros estão preocupados porque, no limiar do século XXI, possuem mais de 40 milhões de analfabetos e de cada geração que entra na escola, apenas 40% concluem tão só o primeiro grau.

Mesmo no Paraná a taxa de analfabetismo oscila em torno de 19% da população de mais de 15 anos, numa chega insuportável que a Constituição se propôs combater dedicando maiores recursos à educação básica. Os estudiosos discutem ainda as razões da persistência da chamada regressão ao analfabetismo, observada em pessoas que tiveram uma curta experiência educacional; além do analfabetismo funcional, que bloqueia o uso de instrumentos de técnica simples por pessoas que não sabem preencher um cheque, acionar uma bomba eletrônica ou fazer a leitura de um relógio de rua.

A avaliação mais aceitável é que o Brasil tolerou a convivência com essas massas de analfabetos devido ao subdesenvolvimento vigente no país. As pessoas viam levando uma existência estagnada - quando não economicamente miserável - e

podiam sobreviver com baixíssimo nível de instrução, porque a sociedade operava num modelo fechado, de baixo intercâmbio externo.

De seu retorno recente a Portugal, o presidente Collor veio sobracando o excelente "Dicionário de Política", coordenado por Norberto Bobbio. Ali no verbete "Modernidade" o professor Gianfranco Pasquino escreve que "é um processo aberto e contínuo de integração entre as várias instituições, culturais e técnicas". Modernidade e sua prática operativa a modernização, representam em suma "o esforço perene de ampliar o âmbito das opções sociais e políticas para o maior número de pessoas".

Na medida em que o Brasil se abre para a modernidade e acelera o intercâmbio com outras sociedades, coloca-se a realidade de que a produção na indústria, na agricultura, demanda cada vez o domínio de técnico e processos que envolvem formação básica e treinamento das pessoas. Para produzir um automóvel, 60% dos custos são representados por projetos e métodos produtivos e só 40% por materiais; para um "clip" eletrônico a relação é de 95% para a tecnologia de processo e 5% para o material.

O professor Valter Gonçalves, do Senai em São Paulo, acredita que as próprias empresas vão pressionar as autoridades por melhores qualidade educacional, sob pena de sucumbirem à competição do mercado aberto. O técnico de treinamento da Organização Intermunicipal do Trabalho em Genebra, João Batista Araújo e Oliveira, diz que o problema brasileiro não é a criação

mais aproveitamento das vagas escolares já existentes.

Para evitar a regressão ao analfabetismo, o adulto exposto a programas de curta duração deve ser motivado mediante trabalhos que o levem a utilizar as habilidades de leitura e técnica. Os cursos devem atrelar o ensino da capacidade de expressão oral e do domínio de cálculos aritméticos a uma formação profissional ou técnica. Enfim, assegurar que os programas contribuam para o aumento da produtividade e mobilidade das pessoas na sociedade e nas ocupações.

Essa aliás é a lição da Unesco, após pesquisar as causas de fracasso de gigantescos e custosos planos de mobilização contra o analfabetismo. Segundo a Unesco, os planos de massa não funcionam porque são temporários, a exemplo do falecido Mobral brasileiro. Só resultam projetos localizados, que se integram a esforços locais de desenvolvimento econômico e social.

O estudante adulto analfabeto que descobre necessitar da leitura e da escrita para trabalhar, digamos, numa nova indústria instalada em seu bairro, ou numa fazenda que demande o uso de tabelas de produção, será estimulado a aprender. E se os processos produtivos evoluírem continuamente, forçando uma expansão de seus conhecimentos, a motivação econômica o levará a progredir. Mas a própria Unesco recomenda que a melhor barreira contra o analfabetismo é a educação de todas as crianças na idade própria. Essa a prioridade que se impõe nesta retomada do Brasil.